

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais da Escola Superior de
Educação de Coimbra

Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade

Promover numa perspetiva turística as Termas de São Pedro do Sul

João Paulo dos Santos Freitas

Coimbra, 2018

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

João Paulo dos Santos Freitas

Promover numa perspetiva turística as Termas de São Pedro do Sul

Relatório de Estágio em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade,
apresentada ao Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais da Escola
Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Constituição do júri:

Presidente: Professor Doutor Nuno Manuel dos Santos Carvalho

Arguente: Professora Doutora Adília Rita Cabral de Carvalho

Orientadora: Professora Doutora Maria do Rosário Castiço Barbosa de Campos
Coelho e Silva

Novembro de 2018

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi para nós num grande desafio. Nesse sentido, importa agradecer a todos aqueles que nos ajudaram nesta caminhada e que de algum modo contribuíram para a sua realização.

Um agradecimento particular:

à Lígia, que foi a pedra basilar deste percurso;

aos meus filhos, João António e Maria Alice. É por eles que quero melhorar;

à Professora Doutora Maria do Rosário Campos, pela sua paciência, perseverança e orientação;

à Termalitur, SA. EM., nomeadamente ao Dr. Victor Leal que nos proporcionaram o estágio na empresa e à Fátima Carvalho que sempre se disponibilizou para nos ajudar;

à Professora Doutora Adília Cabral, pelas suas palavras de incentivo;

a todos os colegas e professores.

RESUMO

A possibilidade que a *Termalistur - Termas de São Pedro do Sul, E.M., S.A.*, nos deu de efetuarmos na empresa o nosso Estágio integrado no Mestrado “Turismo de Interior - Educação para a Sustentabilidade” da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, permitiu-nos aproximar ao mercado de trabalho os conhecimentos que adquirimos no 1º ano do curso de mestrado.

Sendo o património das Termas de São Pedro do Sul, localidade que integra o concelho de São Pedro do Sul, diversificado, é fundamental valorizá-lo e promovê-lo tendo em vista a melhoria da oferta turística e cultural local e o estabelecimento de uma relação virtuosa entre o turismo, o património e a cultura.

Nesse sentido, face aos recursos existentes no lugar das Termas de São Pedro do Sul e procurando-se promover a dinamização turística desse território, necessidade sentida pela própria *Termalistur*, procurámos, no âmbito do Estágio, não só participar nas atividades da empresa, mas também proceder a um trabalho de pesquisa que proporcionasse a dinamização turística do local. Para o efeito, procurámos traçar o perfil do Turista que visita a localidade e compreender a sua receptividade à organização de um percurso pedestre. Face à receptividade evidenciada pelos inquiridos no inquérito por questionário que organizámos, procedemos à definição do referido percurso, com o objetivo de se proporcionar aos visitantes das Termas de São Pedro do Sul, a fruição do património local, promovendo-se, simultaneamente, a valorização e dinamização turística do território.

Palavras-chave: Termalismo, Património, Turismo Cultural, Pedestrianismo

ABSTRACT

The opportunity provided by *Termalistor - Termas de São Pedro do Sul, E.M., S.A.*, based in the Thermal baths of São Pedro do Sul, to carry out in the enterprise our internship which is an integral part of the Master's Degree in "Inland Tourism – Education for Sustainability of the Coimbra Higher Education School, allowed us to bring the knowledge we acquired in the first year of the master's course closer to the job market. As the heritage of the Thermal baths of São Pedro do Sul is a key resource locally, it is essential to value it and promote it in order to establish a virtuous relationship between tourism, heritage and the culture. In view of the resources available locally and in order to promote the tourist dynamism of the Thermal baths of São Pedro do Sul, a need demand by Termalistor itself, we tried not only to participate in the activities of the company, but also research that would provide the tourism dynamism of the Thermal baths. To this end, we have tried to profile the typical tourist of the Thermal baths of São Pedro do Sul and understand the receptivity to the organization of a pedestrian route. In the light of those who answered the questionnaire survey that we organized, we defined the aforementioned route, with the aim of providing visitors to the Thermal baths of São Pedro do Sul, the enjoyment of the local heritage, while simultaneously promoting the tourist valorization and dynamism of the territory.

Keywords: Thermal baths, Heritage, Cultural Tourism, Pedestrianism

ÍNDICE

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO E METODOLOGIA.....	1
1. Enquadramento do trabalho realizado	3
1.1. Objetivos do estágio e estrutura do Relatório.....	3
1.2. Metodologia relativa ao trabalho empírico.....	5
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO ESTUDO	7
1. Fundamentos teóricos subjacentes ao estudo realizado	9
1.1. Património Cultural e Património Natural.....	9
1.2. Turismo Cultural e Motivações do Turista Cultural	19
1.3. Turismo de Saúde e Bem-Estar e Termalismo	25
1.4. O pedestrianismo e a sua relevância para o Turismo	34
1.5. O programa “Estratégia Turismo 2027” e o Laboratório Estratégico Centro.....	45
CAPÍTULO III – AS TERMAS DE S. PEDRO DO SUL EM ANÁLISE	51
1. Contextualização das Termas de São Pedro do Sul no concelho de S. Pedro do Sul ..	53
1.1. Localização geográfica e caracterização geomorfológica do concelho de São Pedro do Sul.....	53
1.2. Análise sociodemográfica e económica do concelho de São Pedro do Sul.....	55
2. As Termas de São Pedro do Sul: recursos patrimoniais	58
2.1. Complexo Termal: sua caracterização	58
2.2. Outros recursos Patrimoniais das Termas de São Pedro do Sul	64
CAPÍTULO IV – APLICAÇÃO DE UM INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	73
1. Análise dos dados recolhidos através de um inquérito por questionário	74
1.1. Tratamento da informação obtida	74
CAPÍTULO V- PROPOSTA DE UM PERCURSO PEDESTRE NAS TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL	85
1. Memória Descritiva e Justificativa	87

ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

Fig. 1: Turismo de Saúde e Bem-Estar e o Turismo Médico	27
Fig. 2: The Six Dimensions of Wellness	30
Fig. 3: Grandes Termas do Sul – Conímbriga	34
Fig. 4: Esquema exemplificativo de um percurso linear	37
Fig. 5: Esquema exemplificativo de um percurso circular	37
Fig. 6: Esquema exemplificativo de um percurso em oito	38
Fig. 7: Esquema exemplificativo de um percurso em anéis contíguos	38
Fig. 8: Esquema exemplificativo de um percurso em anéis satélites	39
Fig. 9: Esquema exemplificativo de um percurso em labirinto	39
Fig. 10: Significado das marcações de Grande Rota, Pequena Rota e Percurso Local	42
Fig. 11: Painel informativo num percurso pedestre	43
Fig. 12: Placa informativa num percurso pedestre	44
Fig.: 13: Placa indicativa num percurso pedestre	44
Fig. 14: Mapa do Concelho de S. Pedro do Sul	54
Fig. 15: Rio Vouga, vista panorâmica tomando-se como ponto de referência as Termas de S. Pedro do Sul	55
Fig. 16: Evolução da densidade populacional do concelho de São Pedro do Sul, 1960 a 2011	56
Fig. 17: Índice de envelhecimento no concelho de São Pedro do Sul, 2011	56
Fig. 18: Nível de escolaridade da população no concelho de São Pedro do Sul, 2011	56
Fig. 19: Parques Industriais: um em Bordonhos (esq) e outro no Alto do Barro (dir)	57
Fig. 20: Ponte Romana	59
Fig. 21: Parte do Antigo “Balneum Romano	60
Fig. 22: Antigo Hospital Real das Caldas de Lafões	61
Fig. 23: Balneário Rainha Dona Amélia	63
Fig. 24: Balneário Dom Afonso Henriques	63
Fig. 25: Capela de São Martinho	64

Fig. 26: Ponte Romana	65
Fig. 27: Ponte Pedonal	66
Fig. 28: Igreja Nossa Senhora da Saúde	67
Fig. 29: Inatel Palace Hotel	68
Fig. 30: Fonte de São Martinho	69
Fig. 31: Nascente Tradicional	71
Fig. 32: Mapa e perfil altimétrico do percurso pedestre proposto	91
Gráfico 1: Distribuição dos Inquiridos por género	75
Gráfico 2: Distribuição dos inquiridos por idade	76
Gráfico 3: Distribuição por índice de escolaridade	76
Gráfico 4: Distribuição relativa à situação laboral	77
Gráfico 5: Proveniência dos visitantes por região	77
Gráfico 6: Proveniência dos visitantes tomando como referencia o distrito de Viseu	78
Gráfico 7: Deslocação às Termas de São Pedro do Sul	78
Gráfico 8: Forma como foi detido conhecimento sobre as Termas de São Pedro do Sul	79
Gráfico 9: Tempo de permanência nas termas de São Pedro do Sul	80
Gráfico 10: Motivo da vinda às Termas de São Pedro do Sul	80
Gráfico 11: Conhecimento da história e do património das Termas de São Pedro do Sul	81
Gráfico 12: Bens patrimoniais conhecidos nas Termas de São Pedro do Sul	82
Gráfico 13: Predisposição para melhorar conhecimentos sobre a história das Termas de São Pedro do Sul	82
Gráfico 14: Posicionamento face à hipótese de criação de um percurso pedestre sinalizado nas Termas de São Pedro do Sul	83
Gráfico 15: Posicionamento face à utilização de um percurso pedestre sinalizado nas Termas de São Pedro do Sul	83

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO E METODOLOGIA

1. Enquadramento do trabalho realizado

O presente relatório é parte integrante do Estágio ocorrido na *Termalistur* e foi realizado no âmbito do Curso de Mestrado *Turismo Interior - Educação para a Sustentabilidade* da Escola Superior de Educação de Coimbra. Teve como objeto de estudo as Termas de São Pedro do Sul.

O Estágio, como período de aprendizagem integrador e mobilizador de saberes, é uma componente formativa fundamental no processo de aprendizagem, na medida em que possibilita a interação entre a teoria e a prática em contexto real, permitindo a aplicação de conhecimentos adquiridos e a aquisição de saberes de caráter profissional. Tem como finalidade a aquisição de competências científicas, técnicas, humanas e culturais adequadas à prática profissional, visando responder às necessidades/expectativas de formação.

1.1. Objetivos do estágio e estrutura do Relatório

Tendo-se em consideração a necessidade e pertinência de se promover o desenvolvimento local e regional e dado o crescente interesse e dinamização do sector turístico, indissociável dos recursos locais e regionais, é pertinente em contexto de estágio procurarem-se mobilizar saberes e competências adquiridas durante a formação curricular, tendo em vista a apresentação de propostas que vão ao encontro dos interesses da entidade de acolhimento.

Nesse sentido, tendo ocorrido o estágio na *Termalistur*, foi considerado oportuno, por parte da empresa, que o Estágio implicasse, por um lado, a nossa participação em atividades já planeadas pela *Termalistur* e, por outro, a apresentação de um trabalho de investigação, capaz de facultar à empresa conhecimentos e propostas passíveis de poderem ser implementadas.

Nesse sentido, o estágio realizado, implicou a definição dos seguintes objetivos:

- Colaboração nas atividades da *Termalistur*, nomeadamente:

- Atendimento a turistas no Posto de Turismo, situado nas Termas de São Pedro do Sul;
- Participação em visitas dinamizadas pela *Termalitur* a diversos pontos turísticos do município de São Pedro do Sul:
 - Percurso histórico das Termas de São Pedro do Sul.
 - Percurso do Palácio de Reriz e do Convento dos Franciscanos.
 - Percurso de Covas do Monte e da Aldeia da Pena.
 - Percurso de Manhouce e do Convento de São Cristóvão de Lafões.
- Conhecer o perfil do turista das Termas de São Pedro do Sul
- Compreender a disponibilidade do turista para fruir dos recursos patrimoniais das Termas de São Pedro do Sul.
- Inventariar os recursos patrimoniais locais.
- Apresentar uma proposta para a promoção do turismo localmente.

Face aos objetivos definidos e ao trabalho desenvolvido durante o Estágio organizámos o presente Relatório que está estruturado em cinco capítulos:

1. No primeiro capítulo, procedeu-se à contextualização do plano de Estágio, bem como se explana a metodologia subjacente ao trabalho empírico efetuado.
2. No segundo capítulo, procedemos ao enquadramento teórico do estudo, abordando-se os seguintes temas: “Património Cultural e Património Natural”; “Turismo Cultural e Motivações do Turista Cultural”; “Turismo de Saúde e Bem-Estar e Termalismo”; “O Pedestrianismo e a sua relevância para o Turismo” e “O programa «Estratégia Turismo 2027» e o *Laboratório Estratégico Centro*”.
3. No terceiro capítulo, faz-se a contextualização das Termas de São Pedro do Sul no concelho de S. Pedro do Sul, bem como um levantamento dos recursos patrimoniais.
4. O quarto capítulo remete para a aplicação do inquérito por questionário, bem como para a análise dos resultados obtidos.

5. No quinto capítulo, é apresentada uma proposta de um Percurso Pedestre a nível local, tendo em vista a dinamização turística das Termas de São Pedro do Sul.

Após a conclusão apresentam-se os anexos e as referências bibliográficas.

1.2. Metodologia relativa ao trabalho empírico

Num trabalho de investigação assume especial relevância a metodologia a que se recorre para atingir os objetivos inicialmente delineados (Vilelas, 2009). Nesse sentido, as técnicas de pesquisa, a organização e a sistematização da informação recolhida, exigem especial atenção por parte do investigador.

Os métodos de recolha de dados são estratégias que permitem aos investigadores obter dados empíricos que possibilitam responder às questões investigativas. Os dados obtidos deverão ser analisados e interpretados, de forma a poderem ser transformados em resultados e conclusões (Freixo, 2011).

Tendo em conta o exposto, optou-se pela recolha de dados por observação, método em que o investigador observa os participantes (podendo por vezes participar), no seu ambiente natural. Este método pode ser utilizado quer em investigação quantitativa, quer em investigação qualitativa, dependendo do processo utilizado (Freixo, 2011). No caso concreto, para melhor conhecimento do território da localidade das Termas de São Pedro do Sul, optou-se pela observação direta junto dos turistas e das entidades competentes com capacidade de influência nas tomadas de decisão, acompanharam-se várias visitas guiadas e realizaram-se alguns percursos pedestres para se poder apresentar e traçar um percurso pedestre que contemplasse o património cultural e natural.

Recorreu-se igualmente à análise documental e à organização e aplicação de um inquérito por questionário.

Segundo Vilelas (2009, p. 265), um instrumento de recolha de dados “é qualquer recurso, a que o investigador pode recorrer para conhecer os

fenómenos e extrair deles a informação”. A utilização do inquérito por questionário como instrumento de medida apresenta inúmeras vantagens, entre as quais se destacam: meio rápido e pouco dispendioso de obter dados junto de um grande número de pessoas; anonimato e conseqüente expressão livre das opiniões pessoais; natureza impessoal; apresentação e diretivas uniformizadas, assegurando-se a fidelidade do instrumento, o que facilita a realização de comparações entre os sujeitos (Freixo, 2011).

Para a aplicação do inquérito por questionário, recorreu-se a uma técnica de amostragem não probabilística, ou seja, a uma amostra de conveniência que teve subjacente um grupo de indivíduos disponível. Sendo um estudo exploratório, os seus resultados não poderão ser generalizados à população à qual pertence o grupo de conveniência, mas a partir do trabalho realizado poder-se-á obter informação pertinente, conforme evidenciam Ferreira & Carmo (1998).

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO ESTUDO

1. Fundamentos teóricos subjacentes ao estudo realizado

Face ao estudo que nos propusemos realizar considerou-se necessário aprofundar conhecimentos relativos ao conceito de Património, ao Turismo Cultural e às Motivações do Turista Cultural. Sendo nosso objeto de estudo a localidade designada por Termas do São Pedro do Sul, evidenciou-se também pertinente aprofundar conhecimentos relacionados com o Turismo de Saúde e Bem-Estar e com o Termalismo.

Sendo nosso objetivo delinear um percurso nas Termas de São Pedro do Sul, considerou-se ainda adequado aprofundar conhecimentos sobre Pedestrianismo e compreender a relevância do Pedestrianismo para o Turismo.

Abordar o programa «Estratégia Turismo 2027», dando-se especial enfoque ao *Laboratório Estratégico Centro*, foi uma outra vertente do enquadramento teórico que considerámos pertinente efetuar.

1.1. Património Cultural e Património Natural

A palavra património deriva do étimo romano *patrimonium* que, no seu sentido original, se referia principalmente a bens privados e alienáveis (Machado, 1997).

O conceito *Património* tem implícita a ideia de posse, sugerindo que se está perante algo de valor. De acordo com Silva (1997) o valor atribuído aos bens patrimoniais ocorre numa determinada época, em certas circunstâncias históricas e conforme o quadro de referências da altura. Acrescenta a autora (Silva, 1997), que é permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, determinados por uma dada época. Serve como garante da sobrevivência dos grupos da sociedade e promove a interligação entre várias gerações. Assim, e numa perspetiva de “legado, o património pode ser perdido, ampliado ou transformado entre gerações” (Silva, 1997, p. 218).

Ao observar o termo numa perspetiva sociológica, Hernández e Tresserras (2001) consideram que o conceito está relacionado com objetos de valor servindo esse valor, ao mesmo tempo, para estabelecer um laço entre as pessoas, ou seja, gera um vínculo entre o transmissor e o recetor. Afirmam que o Património é um ativo precioso do passado ligando, numa perspetiva diacrónica, as várias gerações.

Prats, L. (1997, pp. 19, 20) refere que “o património é uma construção social, dado que se trata de algo que é construído a partir de uma idealização, porventura, cultural”. Ou seja, o património, para ser considerado como tal, “está dependente daquilo que é considerado socialmente digno de uma sociedade, numa determinada época a fim de ser transmitido às gerações futuras. Funciona como catalisador de um sentimento de identidade transversal ao grupo. Deste modo, a construção social é o mecanismo gerador da identidade de uma sociedade e o património cultural é o produto que a diferencia das demais”.

Lacoste (2003, p. 300) defende que “o conceito de património está interligado com a identidade. Num nível pessoal, a identidade define-nos a personalidade, os interesses, e emoções”. Diferencia-nos das outras pessoas um conjunto de características próprias que nos identifica como únicos. Porém, a identidade também pode ser coletiva através de fronteiras diferentes e mutáveis: a comunidade onde moramos, o país ou continente a que pertencemos, até mesmo o planeta que habitamos. Desta forma, se levarmos em conta a identidade nacional, verificamos que partilhamos valores como a língua, crenças, costumes, tradições, entre outros, o chamado património cultural imaterial. Vallbona e Costa (2003, pp. 10-13) referem, a este propósito, que todas as sociedades dispõem de uma série de elementos, sobre os quais assenta o desenvolvimento da sua identidade. Segundo os autores, o património cultural é o acervo incompleto de vestígios materiais e imateriais referentes à memória coletiva de uma sociedade. Para tal, é fundamental analisar e compreender os conceitos de cultura e identidade cultural. Estes são formados e constituídos por componentes que se interligam, nomeadamente,

o território, a história, a língua, os símbolos, os valores e as crenças, as normas, bem como os objetos materiais e a tecnologia.

A compreensão do que se entende por património, fez-se sentir na própria evolução da terminologia a que essa realidade se liga, encerrando particular significado a adjetivação que ao vocabulário “património” foi sendo associada. Assim, por exemplo, há alguns séculos atrás, mais concretamente durante o Renascimento, a expressão mais frequente era a de “património artístico”. O adjetivo, desde logo revela o âmbito e a realidade associadas ao património, bem como o domínio da atividade humana a que, a este nível, maior atenção e maior apreço eram conferidos pelas sociedades da época (Ferreira, 2003).

Quando, sobretudo a partir do século XVIII, o Homem passa, paralelamente, a recorrer à designação “património histórico-artístico”, tal mudança é reveladora de alterações significativas ao nível da mentalidade, do sentir e do pulsar dessas mesmas sociedades, alargando-se o conceito de património. Sem descuidar os bens artísticos que continuam a estimar-se, passa então a integrar o conceito de património tudo quanto seja vestígio ou testemunho capaz de fazer conhecer e compreender o passado humano, como resposta à necessidade que os homens e as sociedades da época sentiram, como via para encontrar o seu sentido de continuidade histórica e as fontes, quer da identidade coletiva, quer da sua própria diversidade (Ferreira, 2003).

O conceito de Património abarca todas as dimensões da realidade que, de alguma forma, se encontram envolvidas com o Homem, dela não escapando sequer as obras da natureza que, sob a designação de património natural, os indivíduos passaram a considerar como parte integrante do património de uma região, de um país, sequência de uma progressiva consciencialização e preocupação face a questões ambientais (Ferreira, 2003).

Sendo uma tarefa cada vez mais difícil determinar critérios que tornem possível definir ou delimitar o “território” designado por património, afigura-se mais fácil apontar o que não é. Há, no entanto, alguns critérios, uns mais objetivos do que outros, que têm fornecido uma certa base de sustentação na determinação e

interpretação dessa realidade, tal como ao nível da proteção patrimonial (Richards, 2003).

Nesta perspetiva, faz parte do conceito de património guardar aquilo que tem valor. É essa conceção de objeto valioso, de grande valor monetário que o faz integrar no acervo patrimonial. Sendo assim, que valores serão esses com que a sociedade distingue o que é património e o que não é? Com que características especiais serão determinadas os bens que permitem granjear um espaço no todo patrimonial?

Apesar da diversidade e subjetividade envolvidas nessa apreciação e seleção, podem-se apontar, algumas componentes ou qualidades classificativas do acervo patrimonial, entre as quais destacamos: o carácter artístico – desde períodos remotos, o Homem sempre distinguiu e realçou aquilo a que conferia um “valor artístico”, salientando-se, nessa perspetiva, a dimensão visual e estética do património; o carácter histórico – considerando-se histórico todo o testemunho da presença e da atividade no passado, criado pelo Homem ou por ele humanizado, adquirindo um valor histórico, o qual lhe adicionará a possibilidade ou não de representar um momento único e significativo, insubstituível, do desenvolvimento humano e do seu poder criativo; associado a este valor aparece, também, o valor de antiguidade; o carácter lendário – associado às velhas lendas e histórias fantásticas, aos sonhos, às memórias e tradições populares, pode auferir de uma estima particular, o que dessa dimensão estiver investido, tais como, objetos, monumentos, lugares, entre outros; o carácter pitoresco – aplicando-se, sobretudo, a espaços ou paisagens. Prende-se este aspeto com a emoção e com as sensações que decorrem da visão de algo peculiar; o carácter natural – assente nas preocupações do presente, relativas à ecologia e à preservação do meio ambiente (Batista, 2005).

Face ao exposto, assumem particular destaque os lugares da natureza que, de algum modo, contêm em si qualquer tipo de preciosidade a conservar; o interesse arquitetónico – simultaneamente construção de abrigo e expressão de cultura e estilo de vida, constituindo a arquitetura testemunho fundamental para a compreensão do seu próprio artífice e da sociedade que se encontra inserida. Deste modo, surge o interesse de qualquer edifício, mais do que do seu aspeto estético daquele que arriscou ou da atividade que nele se desenvolveu (Batista, 2005).

Mas a heterogeneidade deste universo é imensa e a sua matéria fugidia, pelo que os critérios apontados, sendo eles bastante vagos, não servem senão como horizonte mínimo. Outros há a definir, de forma a conferir maior precisão e objetividade ao tratamento de fatores muito distintos que a ele se prendem – o bem a considerar património, o espaço da sua localização; a subjetividade do seu proprietário; a subjetividade de quem avalia; as perspetivas, interesses e preocupações da sociedade, em cada tempo particular; os modismos, entre outros (Batista, 2005; Sousa & Cunha, 2010).

Dados os pressupostos enunciados todos os esforços são precisos para abordar a realidade patrimonial, impondo-se um consenso, de forma a ser possível combater, com segurança e afinco, os múltiplos perigos que espreitam a realidade patrimonial, seja o furto, a dispersão, a destruição, o esquecimento ou a indiferença.

Só assim poderá o património, como qualquer outra realidade multifacetada e polivalente em que o foram tornando, ver-se assegurado para o desempenho das diferentes missões que a atualidade lhe oferece, num misto de funções ancestrais e recentes, as quais compõem um leque bastante diversificado, de natureza tanto espiritual como material e de âmbito quer individual, quer social, de fonte de fruição e formação estética, que, primeiramente, foi a fonte de identidade como posteriormente se assumiu (Sousa & Cunha, 2010).

O património surge, também, e cada vez mais, como fonte de progresso e civilização. Este seu carácter deve-se às aprendizagens e à bagagem cultural que proporciona, assumindo-se como potencializador dos recursos humanos; aos conjuntos de riquezas, tesouros de que é constituído, que lhe permite inserir-se nos circuitos

económicos, apresentando-se como propulsor de diversas atividades dessa índole, incentivando, por exemplo, o turismo, ele mesmo fonte de inúmeras trocas, ou o comércio (Mendes, 1990).

Todavia, para que o património, no seu protagonismo atual, possa continuar a dar o seu contributo, nomeadamente no desenvolvimento económico das regiões em que se encontra implantado e/ou no desenvolvimento do nível e da qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos, importantes transformações se exigem de um presente que encontra sérias dificuldades para o restaurar e/ou conservar e dar a conhecer.

Num tempo em que os fundos, públicos ou privados, que podem ser encaminhados para cobrir as necessidades de preservação e difusão do património não são ilimitados, tanto mais que o todo patrimonial não deixa de se avolumar, o desafio que se coloca à sociedade é o de encontrar novos caminhos com que os “velhos” problemas possam ser solucionados. Para tal fim contribuirão, por certo, múltiplos elementos de inegável importância: novos conhecimentos, outras ideias e perspetivas, diferentes métodos de gestão, nomeadamente, mais pessoal especializado.

Mas, dado que o conceito de Património está sujeito a transformações que o diferenciam ao longo do tempo, será de referir que Ashworth (1994, cit. por Branco, Vieira & Rodrigues, 2015, p. 43) apresenta uma divisão temporal, tendo em conta o conceito de monumento histórico, desde uma primeira fase até ao produto Património. Para tal, delimitou Ashworth três etapas distintas: 1ª Etapa – desde a segunda metade do século XIX até meados do século XX; 2ª etapa – após 1960 até 1980; 3ª etapa -após 1980.

No que se refere à 1ª etapa, Ashworth (1994, cit. por Branco, Vieira & Rodrigues, 2015, p. 43) considera que as grandes preocupações com o património advinham das questões relacionadas com a sua conservação. A este propósito, Choay (2001), evidencia que intensos debates marcaram a segunda metade do século XIX, nomeadamente as posições tomadas pelo arquiteto francês Viollet-le-Duc, um teórico da preservação do património, que defendia o restauro, no sentido de restabelecer a originalidade dos edifícios, eliminando todas as alterações posteriores.

A primeira metade do século XX trouxe consigo, por sua vez, uma nova estratégia na preservação do Património, através de diversas Cartas e Recomendações, sendo de referir, em 1932, a Carta de Atenas, na qual se definem os princípios elementares para a preservação e restauro de edifícios antigos. Mais tarde, decorrida a Segunda Guerra Mundial, foi criado, em 1946, o ICOM – *International Council of Museums*/Conselho Internacional dos Museus – organização não-governamental internacional, sem fins lucrativos dedicada à elaboração de políticas para esta área. Em 1954, a UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, deterá um papel fundamental na preservação e valorização do património.

A 2ª Etapa, considera Ashworth (1994, cit. por Branco, Vieira & Rodrigues, 2015, p. 43) que foi pautada por uma profunda reflexão, resultado do grande restauro nas diversas cidades e monumentos em consequência da Segunda Guerra Mundial. Nesta etapa, a salvaguarda do património já não é uma preocupação exclusiva, sendo também importante a sua reutilização. Verifica-se a reabilitação, não só de edifícios, mas também de conjuntos patrimoniais. É o momento em que surgiram os primeiros planos para os Centros Históricos. Esta nova estratégia deve-se a vários fatores, como o abandono a que muitos centros históricos haviam sido submetidos, bem como uma maior sensibilidade, por parte da sociedade, na defesa do seu património e também pelo aumento exponencial da indústria do turismo.

É nesta fase, que muitas disposições são tomadas em relação ao património, bem como surgem organismos relacionados com a proteção do mesmo. Assim, em 1964, a Carta de Veneza, relativa à conservação e restauro dos monumentos e dos sítios, teve como finalidade promover o conceito de património. (Carta de Veneza, 1964)

Em 1965, por sua vez, foi fundado o ICOMOS, *International Council on Monuments and Sites*/Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, destinado a fomentar a conservação, a proteção, a utilização e a valorização de monumentos, conjuntos e sítios. Em 1972, a Convenção da Unesco relativa à Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, evidencia a importância de proteger o património mundial, cultural e natural. Em 1975, foi elaborada em Amesterdão, a Carta Europeia do

Património Arquitetónico com o objetivo de salvaguardar o património cultural comum da Europa e de encorajar o seu desenvolvimento (Europa, C. d., outubro 1975). No ano seguinte, em 1976, são elaborados dois importantes documentos nesta área: o primeiro, produzido em Nairobi, Quénia, pela UNESCO, foi a Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea (UNESCO, 1976), o segundo, a Carta sobre o Turismo Cultural do ICOMOS. Em ambos os documentos se propõem medidas e se evidencia a importância de proteger o património.

A 3ª etapa, definida por Gregory Ashworth reporta-se às políticas praticadas por diversos países iniciadas na década de 80, no sentido de modificar os recursos relativos aos produtos turísticos do património (Branco, Vieira & Rodrigues, 2015).

A nova valorização do património cultural e o conseqüente aumento da procura turística advém da nostalgia do passado, aliada a outros fatores, como a melhoria das infraestruturas, segurança, diminuição dos custos, bem como o crescimento do nível de vida dos países onde o turismo detém uma posição de destaque. A história e os seus objetos ganharam um valor e um interesse redobrado, face ao fantasma da rotura e da desordem provocados pela ausência de valores simbólicos da sociedade. É neste contexto de nostalgia, que o património surge como uma forma de recuperação especialmente eficaz (Silva, 1997).

Nesta etapa verificou-se uma elevada pressão sobre os monumentos e cidades históricas, fruto da sobrecarga de turistas. Conforme Patin (1997), em Londres, em 1991, a Abadia de Westminster recebeu cerca de 3 milhões de turistas/ano, ao ponto de suportar cerca de 16.000 visitantes ao mesmo tempo, situação que provocou danos irreversíveis no monumento. Situação paralela, refere o autor, ocorreu em Veneza, em 1992, dado o que a cidade recebeu, nesse ano, 1,2 milhões de turistas e 5,2 milhões de visitantes. A proporção era de 100 turistas por cada habitante, o que provocou grandes constrangimentos nos acessos à cidade, quer para os turistas quer para os residentes.

Perante este panorama, surgiram novas Cartas e Convenções, relacionadas com a salvaguarda do património perante a indústria do turismo. No ano de 1985 foram

elaborados dois documentos importantes, um em setembro de 1985, em Sofia, a Carta do Turismo e Código do Turista, cujo objetivo era alertar para o comportamento dos turistas perante o património e outro, em 1985, em Granada, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa. Em 1987, de referir a Carta Internacional para a Salvaguarda de Cidades Históricas do ICOMOS (ratificada em 1987 pela assembleia do ICOMOS). Outro documento que incidia na necessidade de controlar a atividade turística, prevendo a restrição das visitas foi assinado na Declaração de Haya, em 1989. Em 1999, foi assinada a Declaração de Khiva, referente ao Turismo e Conservação do Património Cultural, bem como é efetuada a revisão da Carta Internacional do Turismo, datada de 1976, sendo redigida, pelo ICOMOS, a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (ICOMOS, 1999).

O Património Cultural, seja material ou imaterial, e todos os recursos que lhe estão associados representam hoje uma importante dimensão na indústria turística, sujeita a uma constante volatilidade e de uma enorme complexidade.

Ao refletirmos sobre a história não podemos deixar de a relacionar com o património cultural, com os museus, com os lugares privilegiados de preservação dos bens patrimoniais. De facto têm vindo a generalizar-se os movimentos empenhados na salvaguarda do património.

É, sem dúvida, uma tarefa difícil a de “trabalhar” o património do ponto de vista mais concreto e isto significa que se deve ter em conta não só o aspeto financeiro, mas também o aspeto cultural, sendo necessário acreditar que os aspetos que identificam uma determinada comunidade não morrem, nem desaparecem. O que acontece é que às nossas memórias e vivências culturais, se vão juntando outras “partículas” culturais que vão transformando essas memórias à velocidade que essa mesma comunidade permitir.

Tal como considera Mendes (1990, p. 124), os testemunhos materiais são aqueles que mais tempo permanecem visíveis, constituindo-se como prova para outros debates sobre a atividade humana. Os traços materiais são, de facto, os testemunhos que mais se manifestam e os mais duráveis no âmbito de uma cultura. Mas, o

património imaterial, igualmente remete para a identidade, para a memória coletiva e a necessidade de proteger esse património levou a UNESCO, em 2003, a redigir a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

Importa, no entanto, insistir, sobremaneira, num aspeto primordial a ter em consideração, a sensibilização de todos para uma realidade que, embora de todos, muitos ainda desconhecem e que, por isso, não podem apreciar, bem como a consciencialização do maior número de indivíduos para os benefícios que dela podem advir.

Importa referir que a definição de património não se restringe somente ao cultural, ao histórico ou monumental. Os diferentes patrimónios formam um todo. O Património Natural é formado por todo o espólio acumulado ao longo de milhares de anos pela natureza. A peculiaridade de certos espaços onde a atividade humana ainda não se fez sentir, as suas características singulares merecem, em muitos casos, a classificação de património classificado. De modo mais abrangente, o Património Natural integra todos os elementos da fauna e da flora, as características morfológicas, geológicas, entre outras, de uma determinada região, sendo esta protegida ou não (Castro, 2004).

A noção da importância do Património Mundial da Humanidade resultou na adoção de políticas internacionais e nacionais de conservação da Natureza, sendo exemplo a já referida Convenção para Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972, da UNESCO. Com o intento de combinar a conservação da cultura com a conservação da natureza, em 16 de novembro de 1972, essa Convenção foi subscrita, por diversos países. (UNESCO, 1976)

No âmbito do Património Natural, de acordo com o art.º 2 da Convenção de 1972, integram-se: “Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente

delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural”.

1.2. Turismo Cultural e Motivações do Turista Cultural

Abordar o conceito de património remete-nos para o conceito de *turismo cultural*. A expressão *turismo cultural* remonta ao século XIX e associa-se aos aristocratas que viajavam pela Europa, num périplo que englobava destinos com elevado valor patrimonial e cultural, como Paris, Roma, Florença, entre outros. O objetivo destas viagens era a valorização pessoal através do enriquecimento de novos conhecimentos culturais (Vallbona e Costa, 2003).

A relação entre o turismo e a cultura é muito forte e o êxito individual de cada um depende da relação entre ambos. De acordo com Ferreira (2003), até mesmo em regiões de turismo de massas os turistas procuram e consomem manifestações culturais e patrimoniais. A investigadora refere que os turistas de massas são «consumidores» de património e cultura, dado que estes turistas são, na sua globalidade, oriundos de países com nível educacional elevado, como, por exemplo, França, Alemanha, Holanda e Espanha (Ferreira, 2003).

Richards (2000) afirma que o turismo cultural está associado à deslocação de pessoas dos seus lugares habituais de residência para locais com interesse cultural, a fim de obterem experiências que satisfaçam as suas necessidades culturais. Este tipo de turismo não remete exclusivamente para locais com monumentos contemporâneos ou antigos, mas para outro tipo património, sítios ou regiões bem como para o respetivo *modo de vida* das populações locais.

Para McKercher & Du Cros (2002), o turismo cultural é uma forma de turismo que deve ser alicerçada, primeiro, em razões comerciais e só depois em questões de gestão do património. Os bens patrimoniais devem ser identificados e preservados pelo seu valor intrínseco ou pela sua importância para a comunidade, em vez do seu

valor como atração turística. Nesse sentido, os bens patrimoniais devem ser transformados em produtos de turismo cultural para que consigam ser consumidos pelo turista. O turista, de acordo com McKercher & Du Cros (2002), é tido como aquele que viaja para aprender, experienciar ou explorar.

A definição de Turismo Cultural na Carta Internacional sobre o Turismo Cultural do ICOMOS (1999) remete para uma forma de viajar, em que o objetivo é, entre outros, a descoberta de monumentos e lugares. Esta forma de turismo fundamenta todos os esforços de proteção, conservação, manutenção necessários e considera os benefícios socioculturais gerados para toda a população envolvida neste processo. Contudo, a Carta menciona, que independentemente da amplitude e dos benefícios do Turismo Cultural tem que ter em consideração os possíveis efeitos negativos e destrutivos resultantes do uso massificado e descontrolado dos monumentos e lugares.

O turismo cultural é, assim, um conceito abrangente que remete para o património histórico, cultural, etnológico e natural de um país, de uma região ou uma localidade. A variedade da oferta deste património materializa-se em recursos culturais, que se agregam de acordo com as suas características (Vallbona & Costa, 2003, p. 16). São várias as classificações destes recursos na literatura sobre o tema.

Prentice (1993, pp. 30-40) classifica os recursos culturais em vinte e um tipos de patrimónios que motivam a procura turística:

- ✓ Atrações baseadas na ciência: museus científicos, centros tecnológicos;
- ✓ Atrações relacionadas com o sector primário: adegas, minas, depósitos de água, etc.;
- ✓ Centros artesanais baseados em produtos manuais;
- ✓ Atrações relacionadas com o sector industrial, baseadas em produções em massas;
- ✓ Atrações relacionadas com o transporte: comboios turísticos, aeródromos, veículos a motor;

- ✓ Atrações sócio/culturais: sítios pré-históricos e históricos, museus tradicionais;
- ✓ Atrações associadas a personagens históricas, incluindo lugares ligados a escritores e pintores;
- ✓ Atrações relacionadas com representações artísticas;
- ✓ Jardins e similares;
- ✓ Parques temáticos ligados à cultura;
- ✓ Galerias de Arte;
- ✓ Festivais, espetáculos, feiras históricas;
- ✓ Palácios casas de campo e similares;
- ✓ Atrações religiosas: catedrais, igrejas, abadias;
- ✓ Atrações Militares: castelos, campos de batalha, museus da história militar;
- ✓ Monumentos associados ao genocídio e assassinatos massivos da população;
- ✓ Cidades e paisagens urbanas;
- ✓ Vilas e aldeias, locais rurais com arquitetura anterior ao século XX;
- ✓ Zonas Rurais e Paisagens Protegidas incluindo Parques Nacionais;
- ✓ Cidades costeiras e paisagens marítimas;
- ✓ Regiões e outras áreas históricas ou geográficas identificadas de forma singular pelos seus residentes e /ou visitantes.

Por sua vez, Ritchie & Zins (1978, pp. 252-267) elaboram uma lista com doze recursos de carácter cultural:

1. Artesanato
2. Língua

3. Tradições
4. Gastronomia
5. Arte e música, incluindo concertos, pinturas e esculturas
6. Histórias da região
7. Manufatura desenvolvida por residentes e a respetiva tecnologia usada
8. Arquitetura
9. Religião, incluindo as manifestações visíveis
10. Sistema educacional
11. Vestuário
12. Atividades de lazer

Geralmente, estes autores colocam na mesma série os recursos patrimoniais junto com outros elementos, cuja ligação ao património é muito ténue.

De referir que Vallbona & Costa (2003, pp.16-17), consideram que o *touring cultural* remete para:

- ✓ *Rotas Históricas*: baseadas em factos históricos.
- ✓ *Rotas Arqueológicas*: locais com vestígios arqueológicos são o eixo central da visita.
- ✓ *Rotas Artísticas*: definidas por diferentes estilos e períodos artísticos.
- ✓ *Rotas Museológicas*: o foco são os museus.
- ✓ *Rotas de Arquitetura Industrial*: antigas fábricas ou complexos industriais desativados retomam a sua importância.
- ✓ *Rotas de Arquitetura Popular*: o circuito é determinado pelas diferentes formas de viver e de habitação de determinadas regiões ou povoações.

- ✓ *Rotas de Artesanato*: o itinerário é feito mediante o interesse nos diversos ofícios artesanais. Os ecomuseus incluem-se nesta tipologia.
- ✓ *Rotas do Folclore*: as celebrações festivas populares centram o interesse da viagem.
- ✓ *Rotas Literárias*: o eixo do itinerário é feito com base num escritor ou corrente literária.
- ✓ *Rotas de Gastronómicas e Enoturismo*: a degustação de pratos típicos ou vinhos da região são o principal recurso turístico.
- ✓ *Rotas de Eventos*: a principal motivação do turista são os espetáculos de teatro, os festivais de música ou dança.

No que respeita ao perfil do turista que procura atrações culturais, este continua a ser complexo de definir, uma vez que os turistas são muito diferentes e apresentam motivações heterogéneas. Ferreira (2007), a este propósito, refere que o estudo do mercado do turismo cultural reveste-se de alguma complexidade, dado que a este nível a literatura surge segmentada, não existindo uma definição consensual e um sistema uniforme de recolha de dados (Ferreira, 2007).

Mathieson & Wall (1982) referem que os turistas são motivados a fazer as suas deslocações, tendo em conta diferentes fatores de interesse, em que os mais importantes e significativos são os que dizem respeito a fatores sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e económicos.

Segundo Bucho (2010), as motivações de quem viaja diferem muito, porém o resultado final é um grande incremento da aproximação intercultural. O que mais motiva a deslocação de pessoas para os destinos são os «choques» culturais, em que, por um lado, apesar de assistirmos a uma globalização, há uma tendência para criar *standards* nos mais diversos cenários, por outro lado, existe uma clara procura pela autenticidade, pela identidade cultural de cada local, de forma que ao se deslocar para outro sítio, o turista esteja a experimentar uma diferenciação na oferta.

Grosso modo, o turismo cultural refere-se ao turista, cuja motivação é a visita de locais que se destacam pela sua riqueza patrimonial, os seus costumes ou tradições. Ana Zamora (2006, p.38) refere que os turistas podem ser segmentados em três grandes grupos, tendo por base a escolha do destino e o respetivo comportamento:

- ✓ Turista com motivações estritamente culturais – planeia as suas viagens com antecedência e escolhe os destinos, mediante a oferta cultural que estes dispõem. Normalmente, fica hospedado numa determinada região e a partir dali efetua deslocações de curta duração.
- ✓ Turista com algumas motivações e atração pela cultura – normalmente não viaja por questões culturais, o seu destino costuma ser o de praia ou de montanha, porém, uma vez no local, efetua pelo menos uma deslocação curta para visitar um monumento, uma cidade ou assiste a algum evento.
- ✓ Turista cultural ocasional – geralmente escolhe um destino patrimonial famoso, visita-o uma vez e não repete a visita. Pode viajar em grupo, tem estadias curtas e práticas culturais irregulares.

De referir ainda que Bywater (1993) apresentou uma segmentação do mercado do turismo cultural em três vertentes distintas:

- ✓ *Turista culturalmente motivado* - representa um segmento de mercado relativamente pequeno; é atraído por um destino por motivos culturais e passa várias noites no local de destino;
- ✓ *Turista culturalmente inspirado* - como o nome indica, é inspirado por locais de interesse cultural e patrimonial e tem uma curta estadia no destino;
- ✓ *Turista culturalmente atraído* - aquele que realiza uma visita de um dia a sítios de interesse cultural ou patrimonial.

De acordo com Munsters (2004), o produto turístico específico – turismo cultural – é constituído pelo *core product* ou motivação cultural, como um museu, monumento ou evento e os serviços específicos de turismo cultural. O produto adicional a este é formado pelos elementos turísticos *stakeholders* e pelos serviços turísticos

adicionais, como organizações, associações de turismo, operadores turísticos, agências de viagem, hotelaria e restauração e infraestruturas de transporte. Wil Munsters identifica “4 Ps” da sustentabilidade do turismo cultural (Munsters, 2004):

- ✓ *Preservation* – O turismo cultural sustentável é “culture-friendly” acautelando a preservação do Património Cultural, quer seja um monumento ou o carácter de autenticidade de um evento cultural;
- ✓ *Population* - Potenciar as vantagens sócio-culturais e económicas das populações locais;
- ✓ *Public* – Melhorar as férias do turista permitindo uma experiência satisfatória e enriquecedora.
- ✓ *Profit* – Fomentar, a longo prazo, os lucros e o prosseguimento da atividade turística.

1.3. Turismo de Saúde e Bem-Estar e Termalismo

A definição de Turismo de Saúde e Bem-Estar pode ser bastante complexa, porém, de um modo geral, entende-se que o Turismo de Saúde, por um lado, é direcionado a pessoas que padecem de algum tipo de doença ou de condição física, por outro lado, o Turismo de Bem-Estar é dirigido a pessoas saudáveis que procuram por diversas formas o bem-estar geral (Summit, 2011).

Cunha revela que, em 1972, a União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo (atual Organização Mundial do Turismo) definiu pela primeira vez o turismo de saúde como sendo aquele que implica a utilização de equipamentos sanitários que façam uso de recursos naturais, climáticos e termais em particular. Estavam excluídos desta definição tudo o que não fosse curativo e exterior aos recursos naturais, ainda que se reconhecesse a importância dos fatores psicológicos (Cunha, 2006).

Mais tarde, em 1981, um novo estudo realizado pelos membros afiliados da O. M.T.- Organização Mundial de Turismo, concluiu pela necessidade de uma nova política de produtos adaptados ao turismo moderno relativamente aos quais a saúde constitui a motivação principal considerando como tais programas de turismo de saúde que num destino turístico permitam aos turistas elevar o seu nível de saúde e prevenir os diferentes fatores de risco especialmente os ligados aos modos de vida das sociedades modernas (Cunha, 2006).

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (2006) segmentou o Turismo de Saúde e Bem-Estar da seguinte forma:

- Turismo de Saúde: a experiência consiste na realização de um tratamento específico para a cura de uma doença, representando na altura 20% do mercado de Saúde e Bem-Estar.
- Bem-Estar Geral: a experiência baseia-se na procura do equilíbrio e da harmonia mental, emocional, física e espiritual, representando então 60% do mercado de Saúde e Bem-Estar.
- Bem-Estar Específico: a experiência baseia-se na procura do bem-estar físico e psíquico através de um tratamento específico, representando 20% do mercado de Saúde e Bem-Estar.

O que determina e distingue o turismo é uma “motivação (ou um conjunto de motivações) que leva a uma deslocação temporária para locais que dispõem de certos atributos com capacidade de atração onde quem se desloca desenvolve atividades não remuneradas.” Deste modo, considera-se que todos aqueles que se deslocam tendo em vista a melhoria do seu estado de saúde para locais com características identificadas próprias, para o efeito, são turistas e todas as atividades de que dispõem são turísticas (Cunha, 2006).

A aplicação dos termos de turismo de saúde e bem-estar e turismo médico é muitas vezes efetuada de forma generalista e simplista e isso pode causar confusão, quer para o setor, quer para os próprios consumidores (Summit, 2011).

Assim, o relatório do Global Spa Summit, “*Wellness Tourism and Medical Tourism: Where Do Spas Fit?*” apresenta um novo modelo que contribui para o entendimento da interligação entre estes dois setores de turismo. Este modelo assenta em dois pilares essenciais: a distinção entre o que é o turismo médico *versus* o que é o turismo de saúde e de bem-estar e a compreensão entre um conjunto de ofertas de produtos e serviços com carácter genérico e convencional *versus* um conjunto de ofertas de produtos e serviços com experiências autênticas de base local (cf. Figura 1) (Summit, 2011).

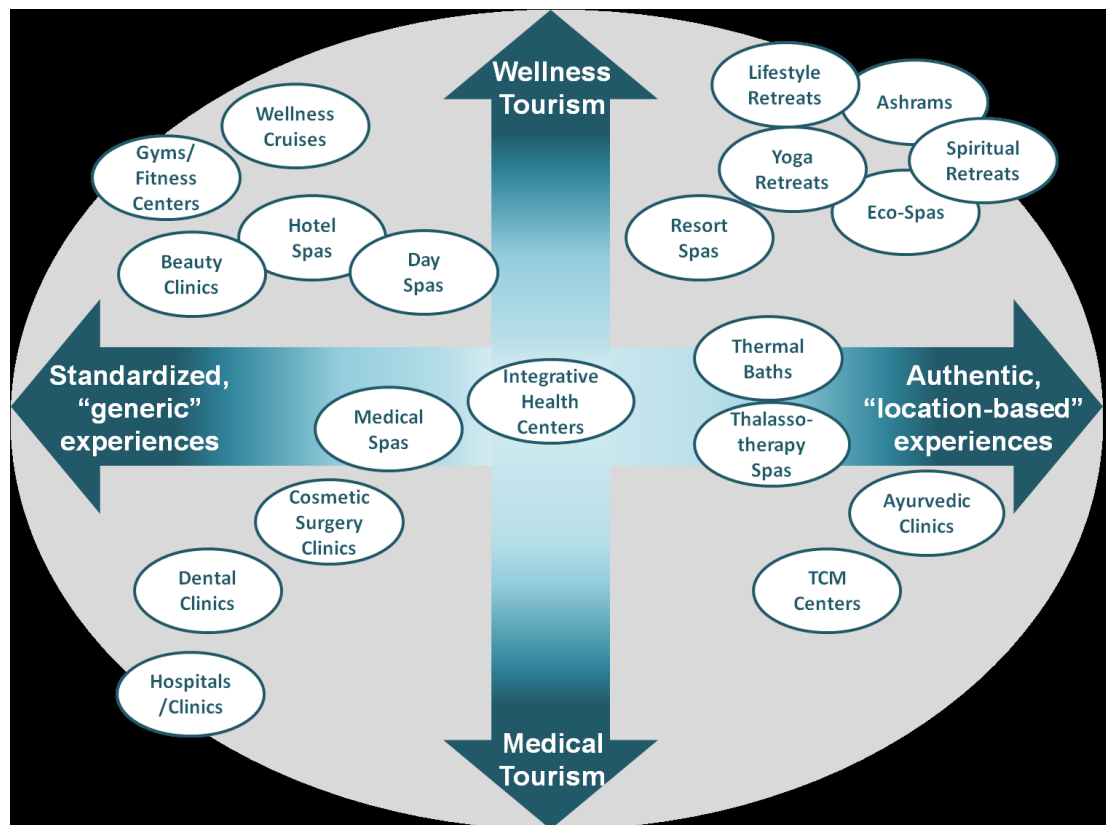


Fig. 1: Turismo de Saúde e Bem-estar e o Turismo Médico –
Fonte: Summit, 2011, p. [iii]

O termo Turismo de Saúde é utilizado muitas vezes como um substituto do turismo médico e, por vezes, como sinónimo de turismo de bem-estar. Noutras ocasiões é utilizado para significar ambos os termos ou apenas um subconjunto dos dois (Summit, 2011).

As definições de turismo médico e de turismo de bem-estar devem centrar-se, quer nas características do viajante, quer nas suas motivações por si só e não nas características do destino. Deste modo permite-se uma maior flexibilidade para a setor no desenvolvimento e expansão dos mercados nos dois tipos de turismo considerados (Summit, 2011).

De acordo com Smith e Puczkó (2009 cit. por Summit, 2011) o turismo médico envolve a deslocação de turistas para determinados destinos, a fim de se submeterem, quer a tratamentos médicos cirúrgicos, quer a outras intervenções especializadas terapêuticas. As duas formas são distintas, uma vez, que uma envolve procedimentos cirúrgicos médicos e a outros diferentes processos terapêuticos de cura. “Medical tourism can be defined as travel to destinations to undergo medical treatments such as surgery or other specialist interventions. Medical tourism [...] can have two major forms: surgical and therapeutic. There is a clear distinction between the two. Surgical certainly involves certain operations(s), whereas therapeutic means participating in healing treatments.” (Smith e Puczkó, 2009, cit. por Summit, 2011, p. 5)

Jagyasi (cit. por Summit, 2011) defende que o turismo médico interliga as necessidades do viajante de tratamento médico com outros motivos tradicionais das viagens ou experiências de lazer. “Medical Tourism is the set of activities in which a person travels often long distance or across the border, to avail medical services with direct or indirect engagement in leisure, business or other purposes” (Jagyasi cit. por Summit, 2011, p. 6).

A Medical Tourism Association, uma importante e reconhecida associação internacional na área do turismo médico enfatiza que subjacente às motivações dos turistas está a facilidade nos acessos aos cuidados de saúde fora da sua residência habitual, bem como a igual ou melhor qualidade na prestação destes cuidados. “Medical Tourism is where people who live in one country travel to another country to receive medical, dental and surgical care while at the same time receiving equal to or greater care than they would have in their own country, and are traveling for medical care because of affordability, better access to care or a higher level of quality of care. «Domestic Medical Tourism» is where people who live in one country travel

to another city, region or state to receive medical, dental and surgical care while at the same time receiving equal to or greater care than they would have in their own home city, and are traveling for medical care because of affordability, better access to care or a higher level of quality of care.” (MTA cit. por Summit, 2011, p. 5)

Para Horowitz and Rosensweig, o turismo médico evidencia uma rápida evolução em que os utentes de países industrializados procuram cuidados de saúde em países menos desenvolvidos e rejeitam os cuidados da comunidade onde estão inseridos. Outro modelo mais tradicional compreende a deslocação de pacientes de países menos desenvolvidos para grandes centros médicos em países desenvolvidos a fim de obterem cuidados médicos avançados. “Medical tourism is a rapidly evolving trend wherein patients from industrialized nations seek health [...] In the traditional model, patients journey from less developed nations to major medical centers in highly developed countries for advanced medical treatment” (Summit, 2011, p. 6).

A conceção de turismo de bem-estar não é tão objetiva como a de turismo de saúde. Em termos internacionais não existe uma definição de turismo de bem-estar globalmente aceite. Importa pois compreender o conceito de *Wellness* (em inglês) que sendo relativamente moderno, tem tido uma grande expressão nas últimas décadas (Summit, 2011).

A este propósito o instituto norte-americano National Wellness Institute define o bem-estar como um processo ativo através do qual as pessoas se tornam conscientes e tomam decisões com vista a uma vida mais saudável. “Wellness is an active process through which people become aware of, and make choices toward, a more successful existence” (Wellness, 2018). Bill Hettler (1976 cit. por Summit, 2011, p. 10), um dos fundadores do instituto, afirma que o bem-estar é um processo, no qual a pessoa se foca no seu desenvolvimento pessoal e tem como objetivo atingir a plenitude das suas capacidades individuais. Este processo assenta em seis dimensões essenciais: ocupacional, emocional, física, social, intelectual e espiritual.



Fig. 2: The Six Dimensions of Wellness
Fonte: Wellness, 2018

Para Smith & Kelly (2006 cit. por Summit, 2011, p.11) a definição de turismo de bem-estar centra-se na motivação do turista. Esta motivação tem em conta um conjunto de elementos psicológicos, espirituais, emocionais que levam a uma procura ativa de comportamentos e atividades que proporcionem bem-estar. [...] In order to qualify as a contemporary wellness tourism experience, we would contend that some deliberate contribution has to be made to psychological, spiritual or emotional well-being in addition to physical. This takes wellness tourism from the realm of being merely a passive form of tourism with a focus on escapism to one where tourists are purposefully driven by the desire to actively seek enhanced wellness” (Smith and Kelly, 2006 cit. por Summit, 2011, p.11).

Mueller & Kaufmann ” (Summit, 2011), defendem que o turismo de bem-estar é o conjunto de todas as experiências e fenómenos decorrentes das viagens em que o principal motivo é a promoção da saúde. “Wellness tourism is the sum of all the relationships and phenomena resulting from a journey and residence by people whose main motive is to preserve or promote their health. They stay in a specialized hotel which provides the appropriate professional knowhow and individual care. They require a comprehensive service package comprising physical fitness/beauty

care, healthy nutrition/diet, relaxation/meditation and mental activity/education” (Summit, 2011, p.11).

Jagyasi (Summit, 2011), defende que o turismo de bem-estar tem lugar quando o turista viaja com o intuito específico de promover a sua saúde e bem-estar. Geralmente, são destinos preparados com produtos e serviços que visam essa promoção da saúde. “[...] Wellness tourism is the process of a traveler seeking a journey specifically in order to improve or promote their health and wellbeing” (Summit, 2011, p.11).

No que respeita ao termalismo, será de referir que, de acordo com Ramos (2005), nas décadas de 1985 a 2005, o termalismo foi abordado, numa perspetiva transversal, isto é, não foi reduzido somente à vertente medicinal, mas também associado a dimensões de vida cada vez mais saudáveis como a preventiva, a lúdica e a de bem-estar.

Destaca ainda Ramos (2005), a importância de uma clarificação conceptual neste domínio, bem como uma maior clareza na terminologia e práticas adotadas, nomeadamente, no que respeita ao *Termalismo*, *Talassoterapia*, *Balneoterapia*, *Termoludismo*, *Talaludismo* e *Spa's*. Nesse sentido a autora:

- a) Define o Termalismo como uma estrutura que envolve meios medicinais, sociais, sanitários, administrativos e acolhimento destinado à utilização para fins terapêuticos quer de águas minerais, quer do gás termal, bem como de lamas. Considera ainda que, *per si*, o vocábulo “termalismo” indica a utilização de uma água termal com características curativas reconhecidas pela medicina, mediante os seus efeitos químicos, térmicos e mecânicos.
- b) Refere que Talassoterapia é um tratamento preventivo e curativo praticado, sob vigilância médica, exclusivamente em regiões marítimas. Este resulta da utilização de técnicas combinadas como o clima, a água do mar, as lamas marinhas, as lagas, as areias e outras substâncias retiradas do mar.
- c) Indica que a Balneoterapia consiste na utilização da água para fins terapêuticos, porém não tem que ser necessariamente termal, mineral ou água

do mar. Por um lado, tem uma vertente medicinal, quando aplicada em locais que facultam cuidados de saúde, tais como hospitais, clínicas médicas e até mesmo nos estabelecimentos termais onde a água é uma mais-valia medicinal. De igual modo, a vertente não medicinal é praticada numa grande variedade de instalações, que habitualmente estão associadas ao relaxamento e bem-estar. Em ambos os casos, pode *ser* oferecida em diferentes modalidades, como a hidrogenástica, *fitness*, sauna, *hammam*, *banhos* quentes ou outros percursos de carácter lúdico.

- d) Refere também que o Termoludismo é bastante utilizado por operadores turísticos e especialistas do setor termal e que se reporta à utilização da água termal para fins lúdicos e recreativos. Usualmente, pratica-se em locais ou espaços termolúdicos de grande dimensão.
- e) Já o Taludismo é semelhante ao Termoludismo, no entanto, afirma a autora que o Taludismo diz respeito às atividades recreativas e de lazer praticadas num contexto marítimo, com o uso da água do mar.
- f) Relativamente aos Spa's, trata-se de pequenas unidades funcionais onde são prestados cuidados específicos, semelhantes aos utilizados no termalismo, na talassoterapia e da balneoterapia, como as massagens, vapores e tratamentos de relaxamento. Habitualmente, são utilizados meios auxiliares como os aromas, óleos, sais, algas e lamas e que se destinam a enriquecer a ação da água (Ramos, 2005, pp. 11 a 14).

Conclui Ramos (2005, p. 533), que a direção a tomar pelo termalismo português supõe a valorização das estâncias termais como destinos turísticos credíveis, com projeção internacional, devendo impor-se o termalismo de forma indiscutível, como um produto de inquestionável importância na oferta turística nacional, referindo a longa tradição termal, bem como a elevada procura pelo setor. Lembra ainda que as estâncias termais em Portugal são dotadas de um elevado potencial a que a respetiva oferta se deverá igualar, mostrando uma forte capacidade para apostar, quer na vertente terapêutica, quer na componente da oferta hoteleira de qualidade, no

contacto com a natureza, na gastronomia local, na requalificação da envolvente, na qualificação dos recursos humanos, bem como na oferta variada de produtos de lazer.

Em Portugal, conforme refere a autora, à semelhança de outros países europeus, a notoriedade das termas evidenciou-se não só pelos tratamentos dedicados à saúde, relacionados com a água e no contacto com a natureza, como também em locais de convívio social que favoreciam o estreitamento de relações no plano político e diplomático ou somente sociais e familiares (Ramos, 2005).

Será de referir, a este propósito, que o uso de águas termais no território português é muito anterior à fundação da nacionalidade. O surgimento de povoados nas imediações de fontes ou de nascentes termais foram adquirindo a designação de “*caldas*”, “*Caldelas*”, “*termas*” ou “*banhos*”, de acordo com o período histórico em que tal denominação se estabeleceu. Os vestígios arqueológicos mais antigos que se conhecem em Portugal e que confirmam o culto das águas, situam-se na zona de Braga, sendo anteriores ao período céltico (Cantista, 2008-2010, p. 82).

A ocupação da Península Ibérica pelos romanos permitiu um grande desenvolvimento dos estabelecimentos balneares e da utilização das águas, uma vez, que este povo era dotado de um vasto conhecimento e experiência nesta área. São particularmente evidentes os aquedutos destinados ao transporte das águas, bem como as reminiscências de elementos arquitetónicos nos antigos balneários romanos. A cultura romana marca o uso das águas numa vertente de carácter social que assim se junta à anterior componente, fundamentalmente de saúde, decorrente da cultura grega. “Roma consagra uma perspetiva multidimensional ao termalismo, simultaneamente de saúde e de lazer, em que a interação social desempenha um importante papel como fator sinergicamente lúdico e terapêutico” (Cantista, 2008-2010, p. 82).



Fig. 3: Grandes Termas do Sul – Conímbriga
Fonte: Conímbriga, 2018

1.4. O pedestrianismo e a sua relevância para o Turismo

O pedestrianismo é a prática de andar a pé, devendo, apenas, ser entendida como modalidade desportiva, quando se realiza ao longo de percursos pedestres devidamente balizados (Avelar, 2002 cit. por Braga, 2006, p. 1). É considerada uma das modalidades dos denominados Desportos de Natureza, que integra “todos aqueles [desportos] cuja prática aproxima o homem da natureza de uma forma saudável e sejam enquadráveis na gestão das áreas protegidas e numa política de desenvolvimento sustentável” (Fraga, 2005 cit. por Braga, 2006, p. 6).

De acordo com a legislação portuguesa, pedestrianismo é a “atividade de percorrer distancias a pé na natureza, em que intervêm aspetos turísticos, culturais e ambientais, desenvolvendo-se normalmente por caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites.” (Portaria n.º 1465/2004, de 17 de Dezembro)

Fraga (2005 citado por Braga, 2006, p. 26) refere que a competição não é a finalidade da prática pedestrianista, pelo contrário, o que se pretende com a atividade é que o pedestrianista usufrua do meio que o rodeia, como a paisagem, a cultura, a história ou o património natural. Desta forma, o pedestrianismo não é uma mera atividade desportiva, uma vez que os trilhos não são um fim, mas uma forma de aproximar as pessoas das paisagens, da história e da cultura, principalmente das pessoas das zonas rurais, situando esta atividade entre o desporto e o turismo.

O pedestrianismo ao mobilizar as pessoas para as zonas rurais irá promover o desenvolvimento socioeconómico, combatendo desta forma a sua desertificação humana, bem como rentabilizar a oferta da hoteleira, restauração, alojamento rural, turismo de habitação, entre outros (Braga, 2006, p. 26).

Na perspetiva do pedestrianista, o percurso é uma forma de melhorar o seu conhecimento do ambiente, mediante a observação da beleza das paisagens, da diversidade da flora e da fauna e das formações geológicas, fomentando o respeito e a conservação ambiental (Braga, 2006, p. 26). Há países europeus com longa tradição na atividade de pedestrianismo, possuindo uma grande rede de percursos sinalizados e bons materiais de divulgação, destacando-se a Áustria, a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha e a Suíça. Países como a Dinamarca, Hungria, Luxemburgo e a Suécia, têm uma rede de percursos pedestres complementada por abrigos e outros locais de alojamento turístico, possibilitando a pernoita dos pedestrianistas ao longo dos itinerários (Tovar, 2010).

Em Portugal, os números e as características dos pedestrianistas não são conhecidos, porém, trata-se de uma atividade popular e que conta com o apoio de cerca de 200 entidades que programam atividades sem fins lucrativas. São clubes desportivos e recreativos, câmaras municipais e juntas de freguesia, associações recreativas, culturais e de desenvolvimento e organizações de âmbito nacional, ligadas à proteção da natureza (Tovar, 2010).

Segundo Tovar (2010), o mercado das atividades de ar livre constituem um mercado em crescimento quer pela facilidade de acesso, quer pelo baixo custo da sua prática posicionando-se como um dos setores que melhor responde à crise económica.

Dentro das atividades de ar livre, o pedestrianismo destaca-se pela sua informalidade, baixo custo e facilidade de acesso.

“O pedestrianismo apresenta assim fatores que contribuem para a sua popularidade e crescimento entre as atividades de lazer: é uma atividade de baixo custo para o praticante, pouco exigente em termos de forma física, sendo praticado por mulheres, crianças e pessoas pertencentes às faixas etárias mais elevadas. A oferta de percursos sinalizados é cada vez mais abrangente em termos geográficos, tornando a atividade cada vez mais acessível a um maior número de pessoas” (Tovar, 2010, p. 22).

Os percursos pedestres, de acordo com Salvati (2006 cit. por Braga, 2006, p. 7), são ou antigos caminhos ou caminhos abertos que têm como finalidade a aproximação do visitante ao ambiente natural ou encaminhá-lo para um atrativo específico, permitindo entretenimento ou educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos.

Refere Tovar (2010) que os percursos pedestres, ou trilhos, constituem a principal infraestrutura para a prática de pedestrianismo. São caminhos, habitualmente marcados e promovidos com esse propósito. Tanto podem ser em meio urbano, como em meio rural, seja em áreas planas, ambientes de montanha, no litoral ou no interior. Há percursos destinados apenas aos pedestrianistas, outros a veículos não motorizados e alguns que podem ter trânsito automóvel. A sua formulação não obedece a regras rígidas e uniformes nomeadamente em relação à localização, aos utilizadores, à forma, à extensão, à sinalização e à manutenção (Tovar, 2010, p. 22).

De acordo com Braga, os percursos podem ser classificados tendo em conta a função, a forma, o grau de dificuldade, os recursos empregados na interpretação ambiental e na extensão: (Braga, 2006, p. 8)

As funções que os percursos podem ter são de carácter recreativo ou de educativo. Por norma, os percursos de curta distância são de índole recreativa e educativa e os de longa distância são recreativos (Andrade, 2006 cit. por Braga, 2006).

Os percursos pedestres são diversos, porém os mais comuns têm as seguintes formas linear, circular, em oito, em anéis contíguos, em anéis satélites e em labirinto, (Braga, 2006, p. 8). As figuras 4 a 9 evidenciam as referidas formas.

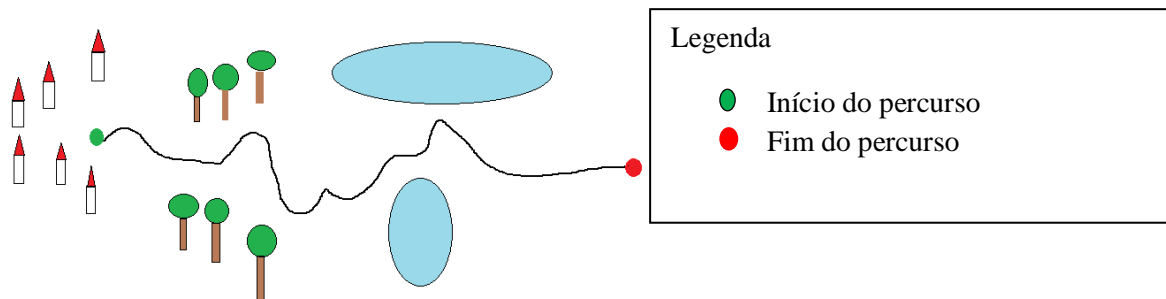


Fig. 4: Esquema exemplificativo de um percurso *linear*.
Fonte: Adaptado de Braga, 2006

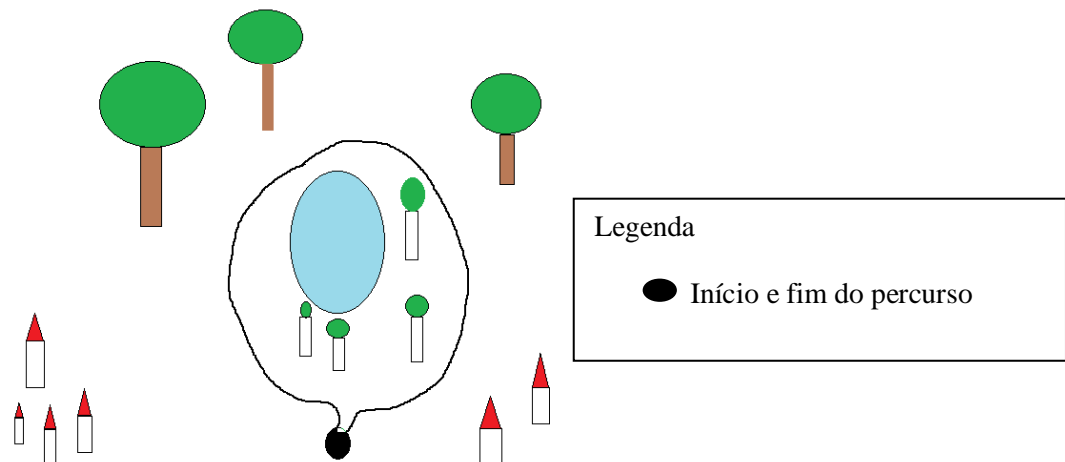


Fig. 5: Esquema exemplificativo de um percurso *circular*.
Fonte: Adaptado de Braga, 2006

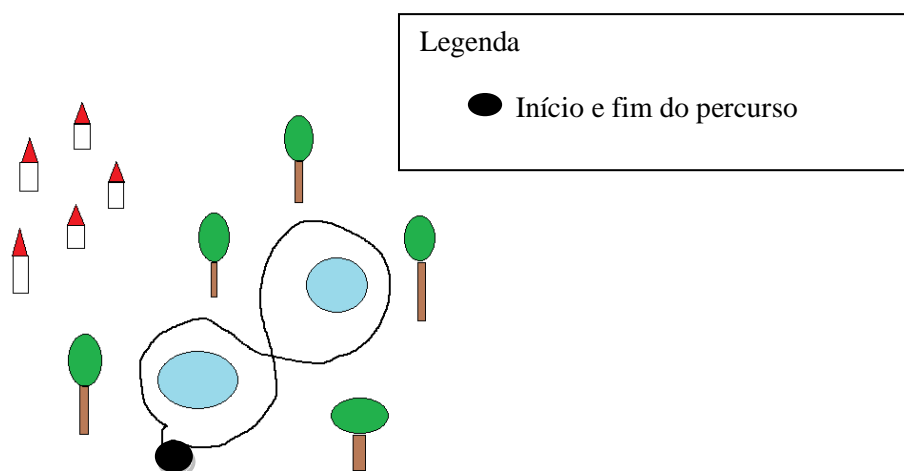


Fig. 6: Esquema exemplificativo de um percurso em *oito*.
Fonte: Adaptado de Braga, 2006

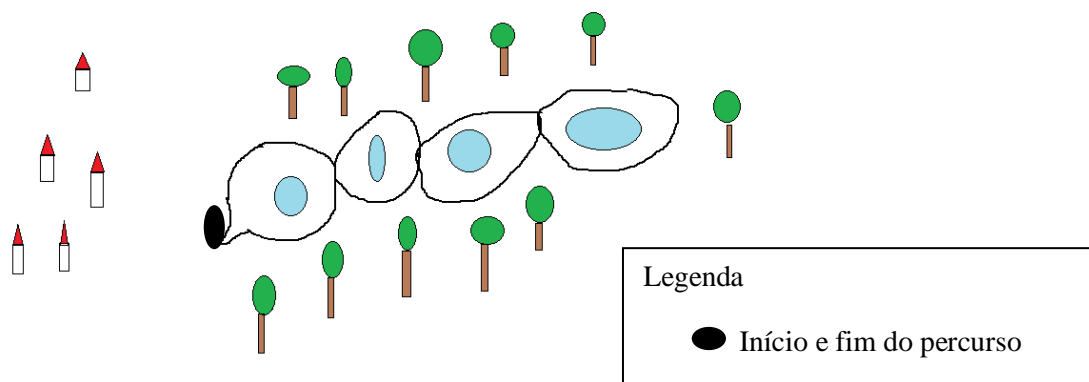


Fig.7: Esquema exemplificativo de um percurso em *anéis contíguos*.
Fonte: Adaptado de Braga, 2006.

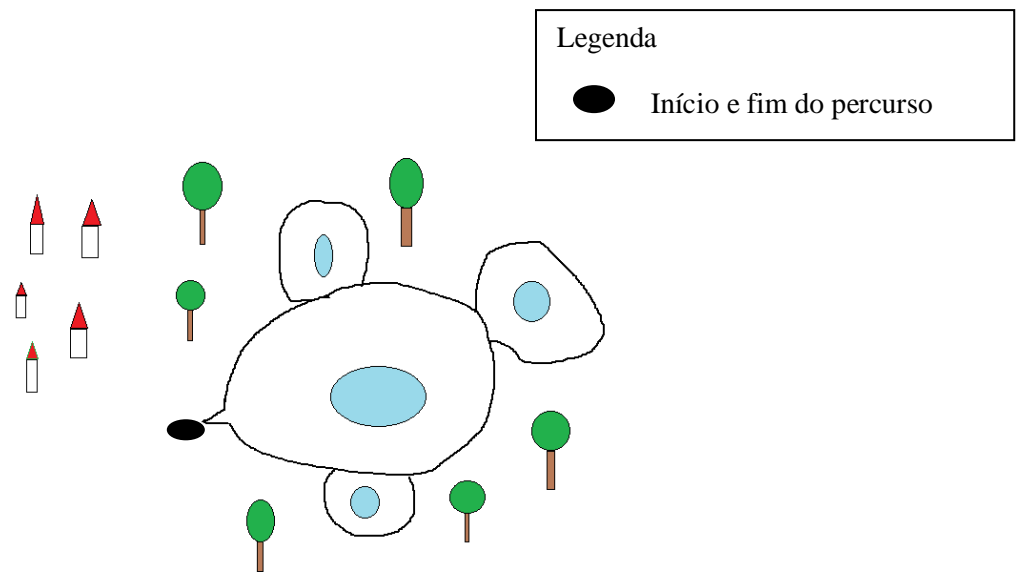


Fig. 8: Esquema exemplificativo de um percurso em anéis satélites.
Fonte: Adaptado de Braga, 2006

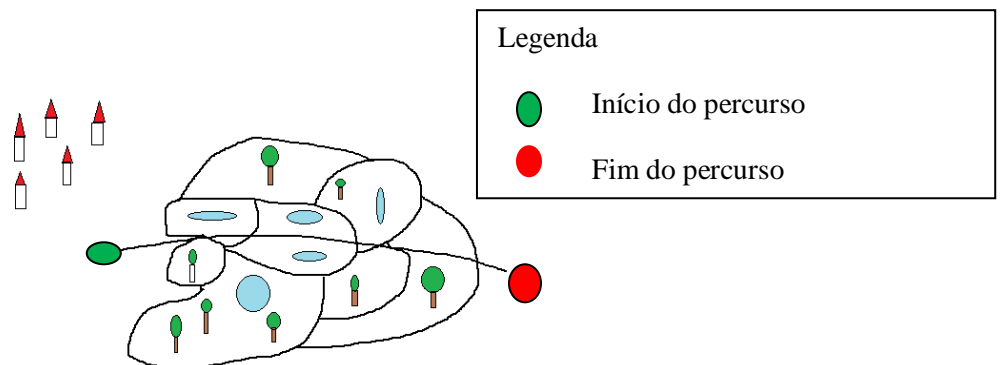


Fig. 9: Esquema exemplificativo de um percurso em *labirinto*.
Fonte: Adaptado de Braga, 2006

O grau de dificuldade de um percurso, segundo Jumping (1997 cit. por Braga, 2006, p. 11) é diferente de pessoa para pessoa, uma vez que depende da condição física de

cada indivíduo, tornando esta classificação muito subjetiva. Todavia, há fatores a ter em conta, ao estabelecer-se a dificuldade de um percurso, tais como a extensão, o tipo de terreno, o desnível e a climatologia.

“A elaboração de um percurso pedestre inclui a preparação de um caminho, geralmente já existente, de modo a que os seus utilizadores se sintam seguros e confortáveis quando o percorrem. A implementação de um percurso pedestre é na maioria das vezes uma forma de revitalização de antigos caminhos que, quer pelo desenvolvimento de transportes, quer pelo declínio da agricultura e pastorícia deixaram de ser utilizados. Após ter sido definido o traçado do percurso, podem-se incluir ações de desmatção e limpeza, colocação de proteções laterais em passagens com menos segurança, construção de pequenas pontes, instalação de áreas de descanso, bem como a imprescindível, a sinalização” (Tovar, 2010, p. 23).

Em Portugal, a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal detém a competência de regulação e homologação dos percursos pedestres. Desta forma, classifica os percursos da seguinte forma: I - muito fácil, II - fácil, III - algo difícil, IV - difícil, V - muito difícil (FCMP, 2006).

De referir ainda que, de acordo com Salvati (2006 cit. por Braga, 2006, p 13) os percursos podem ser guiados ou não. No primeiro caso, há um guia que é o líder do trilho e dele depende o sucesso do percurso. É o guia que acautela aspetos como os conhecimentos sobre a região, bem como a estratégia adequada a cada grupo. No segundo caso, a direção a seguir, bem como os elementos a serem realçados serão expostos aos visitantes através de sinalética existente ao longo do percurso.

A Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP, 2006) aprovou as seguintes tipologias em relação à extensão de um percurso:

- Grande Rota Transeuropeia – percurso que atravessa vários países europeus;
- Grande Rota – percurso que demora mais de um dia a percorrer e com uma distância superior a 30 quilómetros;
- Pequena Rota - percurso que demora menos de um dia a percorrer e com uma distância inferior a 30 quilómetros;
- Percurso Local – percurso cuja totalidade ou mais de metade do trajeto decorre em ambiente urbano.

A sinalética utilizada em Portugal para balizar os percursos pedestres é constituída por marcas com caráter internacional, detendo características muito semelhantes às utilizadas pelos países da Europa do Sul, tal como é o caso da França, Espanha entre outros (FCMP, 2006). A figura 10 ilustra o referido.

Pequena Rota **PR**



GR Grande Rota



Percurso Local **PL**



Fig.10: Significado das marcações de Grande Rota, Pequena Rota e Percurso Local
Fonte: Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, 2006

As marcas desenham-se com tinta, de preferência pouco agressiva para o meio ambiente, em locais bem visíveis como árvores, postes, pedras e outros suportes fixos que existam no percurso, evitando, evidentemente, monumentos, edifícios particulares ou outros que não sejam adequados (Tovar, 2010).

A sinalização pode ser complementada com painéis e placas indicativos e informativos, com o objetivo de fornecer aos utilizadores mais informação sobre o trilho (Tovar, 2010).

Os painéis informativos estão colocados, normalmente, no início do percurso, ou em pontos de acesso ao percurso. Englobam informações, quer do percurso em si, quer da área envolvente, bem como outras informações que possam ser úteis para o pedestrianista. Desta forma, pode-se encontrar neste tipo de painéis, em relação ao percurso: mapa ou esquema, distância total, grau de dificuldade, descrição genérica e legenda das marcas utilizadas e entidade responsável; em relação à área envolvente: informação histórica, património natural e cultural, descrição da paisagem, contactos úteis e de emergência / segurança, transportes, locais de alojamento, restaurantes, ou qualquer outra informação considerada importante (Tovar, 2010).



Fig. 11: Painel informativo num percurso pedestre.

Fonte: Adaptado de Tovar, 2010

As placas informativas são sinais que dão informação complementar e não tanto sobre o percurso em si. Assinalam, por exemplo, locais de acampamento,

abastecimento, miradouros, transportes, entre outros. Habitualmente, têm forma quadrada, tamanho variável e material resistente ao exterior (Tovar, 2010, p. 25).



Fig. 12: Placa informativa num percurso pedestre.
Fonte: Adaptado de Tovar, 2010

As placas indicativas direcionam para um determinado ponto de interesse perto do percurso, tais como um monumento, uma povoação ou um miradouro, por exemplo, indicando a distância. A sua forma é retangular com um dos lados em forma de “flecha”, indicando a direção a seguir (Tovar, 2010, p. 25).



Fig. 13: Placa indicativa num percurso pedestre.
Fonte: Adaptado Tovar, 2010

O pedestrianismo assume grande importância como forma de complementar a experiência do turista num determinado tipo de turismo, sendo transversal às várias formas de turismo existentes. Porém, também pode assumir o principal papel no produto turístico e ser a razão de deslocação ao destino.

1.5. O programa “Estratégia Turismo 2027” e o Laboratório Estratégico Centro

O turismo é uma atividade económica estratégica para o desenvolvimento económico e social de Portugal, particularmente ao nível do emprego e do crescimento das exportações (ET27, 2017). Os resultados obtidos em 2016 comprovam que o turismo é a maior atividade exportadora de Portugal, fruto de um trabalho articulado e de um investimento forte efetuado por privados e públicos.

A relevância do setor, promoveu o debate nacional sobre a “Estratégia para o Turismo 2027 (ET 27)”, na Conferência & Debate realizada em Tomar, no dia 24 de Maio de 2016. Refletiu-se, então, sobre a lógica de construção da ET 27, que se desejava plural e participada.

Procurando-se dar seguimento a um trabalho concertado entre todos, respondendo igualmente a um dos objetivos do programa nacional, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, considerou-se necessário: “investir num planeamento participado da atividade turística, através de um Plano Estratégico Nacional do Turismo” (ET27, 2017, p, 2). Nesse sentido, foi delineado o documento “Estratégia para o Turismo 2027 (ET 27)”, referencial estratégico para o turismo em Portugal no horizonte 2017-2027.

Com efeito, a “Estratégia para o Turismo 2027 (ET 27)” alude a metas de natureza económica para dormidas e receitas turísticas, com um claro foco na coesão territorial e no crescimento em valor. Objetiva proporcionar o aumento da procura turística portuguesa e nas várias regiões do país, guiar esse crescimento a um ritmo mais acelerado em receitas mais do que em dormidas, dando igualmente maiores benefícios para os agentes do turismo e para as populações locais, potenciando o efeito multiplicador do turismo, como motor de desenvolvimento económico-social local.

Estabeleceu-se, por isso, um processo de consulta pública abrangente e aberto, ou seja, um referencial de longo prazo para o Turismo, enquadrando já o quadro comunitário de apoio 2021-2027 (ET 27, 2017).

Uma das formas de operacionalizar o referido processo foi através da realização de 10 Laboratórios Estratégicos de Turismo (LET). Estes espaços de debate situam-se em torno de 10 desafios, entre os quais, o emprego e a valorização das pessoas, a coesão territorial, a sazonalidade, a simplificação e o investimento.

Em 2016 ficou demonstrado que o trabalho focalizado em objetivos claros, articulado e conjunto, possibilitaria alcançar resultados que evidenciam que o turismo tem capacidade para ser uma atividade sustentável e para acrescentar valor, sendo, para isso, fundamental a definição das metas que se querem atingir e o desenvolvimento das ações necessárias para tal. Tinha sido, aliás, com esses objetivos que surgira a “Estratégia para o Turismo 2027” (ET 27, 2017), cuja visão estratégica espelha o que se pretende alcançar, ou seja, afirmar o turismo ao nível do desenvolvimento “económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo” (ET 27, 2017),).

Godinho (ET 27, 2017), refere que, em 2016, o Turismo, em Portugal, atingiu números recorde, sobretudo com destaque para:

- alargamento da atividade turística a meses menos tradicionais, tendo dois terços do crescimento acontecido na chamada “época baixa”;
- aumento do emprego no turismo;
- crescimento em todas as regiões, ritmo de crescimento das receitas turísticas e dos proveitos hoteleiros mais acelerado do que o aumento de hóspedes;
- diversificação de mercados emissores, com crescimento expressivo do mercado americano, polaco e brasileiro;
- dinamização do mercado interno;
- reconhecimento internacional, com aumento significativo de prémios internacionais.

Estes resultados demonstram a capacidade do turismo em gerar mais receita, mais emprego e ampliar, cada vez mais, a atividade ao longo do ano e no território.

Em suma, e de acordo com o Presidente do Turismo de Portugal, IP, Luís Araújo (ET 27, 2017, p. 4), a “Estratégia para o Turismo 2027 ” estabelece prioridades, identificadas em cinco eixos estratégicos:

- “valorizar o território, permitindo o usufruto do património histórico-cultural e preservação da sua autenticidade; a regeneração urbana; a potenciação económica do património natural e rural, a afirmação do turismo na economia do mar a estruturação da oferta turística para melhor responder à procura.
- impulsionar a economia, que diz respeito à competitividade das empresas; à simplificação, desburocratização e redução dos custos de contexto; à atração de investimento; à qualificação da oferta; à economia circular; ao empreendedorismo e inovação.
- potenciar o conhecimento em que se inclui a valorização das profissões do turismo; a formação de recursos humanos; a capacitação em contínuo dos empresários e gestores; a difusão de conhecimento e informação; a afirmação de Portugal como *smart destination*.
- gerar redes e conectividade, através do reforço de rotas aéreas ao longo do ano e da mobilidade no território; da promoção do «turismo para todos», numa ótica inclusiva; do envolvimento da sociedade no processo de desenvolvimento turístico e de cocriação; do trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores.
- projetar Portugal, aumentando a notoriedade do país nos mercados internacionais enquanto destino para visitar, investir, viver e estudar e de grandes eventos e posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional”.

Este plano estratégico propõe que, nos próximos anos, se continue ao lado das empresas e das organizações, tornando ágil e proativo o relacionamento da administração pública com as empresas do turismo, bem como reforçar e aproximar

o Turismo de Portugal I.P. das empresas no investimento, na capacitação, nos mercados, no conhecimento.

De acordo com a “Estratégia para o Turismo 2027” (ET 27, 2017), o Centro tem de fortalecer a sua condição de “laboratório vivo”, muito diversificado e orientado pelas necessidades e bases territoriais específicas, para o que muito contribuem os seus variados recursos endógenos, as infraestruturas existentes, os territórios e os agentes regionais, insistindo na crescente mobilização para a criação de Conhecimento que já é uma evidência, baseado em recursos humanos qualificados, resultando numa maior intensidade tecnológica na produção de bens e serviços, aproximando o Sistema Científico das atividades económicas, sociais e criativas.

De referir que o Centro de Portugal é uma unidade territorial - Nomenclatura de Unidade Territorial II (NUT), região superentendida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). O órgão responsável pela coordenação e promoção turística nacional e internacional desta região é o Turismo Centro de Portugal. O Centro de Portugal integra 100 municípios e 8 comunidades intermunicipais e articula as atividades com os agentes económicos locais.

O Laboratório Estratégico Centro, apresentado a 8 de Dezembro de 2016, na Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra (LEC, 2017) prevê uma estratégia para dez anos, baseada em dez ativos estratégicos. Estes dez ativos dividem-se em quatro focos distintos:

✓ Ativos diferenciadores

1. Clima e Luz
2. História e Cultura
3. Mar
4. Natureza e Biodiversidade
5. Água

✓ Ativos qualificadores

1. Gastronomia e Vinhos
 2. Eventos artístico-culturais, desportivos e de negócio
- ✓ Ativos Emergentes
1. Bem-Estar
 2. *Living* – Viver em Portugal
- ✓ Ativo Único Transversal
1. Pessoas

Assim, o Laboratório Estratégico Centro pretende, no seu conjunto, aumentar a procura turística e a internacionalização do destino, melhorar o RevPar – Nomenclatura de *Revenue Available Room* ou Receita por Quarto Disponível, bem como, a manutenção e homogeneização do crescimento do turismo, sobretudo nas sub-regiões do interior (LEC, 2017).

**CAPÍTULO III – AS TERMAS DE S. PEDRO DO SUL EM
ANÁLISE**

1. Contextualização das Termas de São Pedro do Sul no concelho de S. Pedro do Sul

A localidade das Termas de São Pedro do Sul está situada na União de freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, concelho de S. Pedro do Sul, integrando ainda o restante território do município as seguintes freguesias: Bordonhos - Carvalhais e Candal - Figueiredo de Alva – Manhouce - Pindelo dos Milagres – Pinho - Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões - São Félix - São Martinho das Moitas e Covas do Rio – Serrazes – Sul – Valadares - Vila Maior (Estatística, 2017).

As Termas de São Pedro do Sul aliam as propriedades únicas da sua água à natureza esplêndida que envolve a cidade termal. Rodeada pela serra de S. Macário, pela serra da Arada e pela serra da Freita, em conjunto com o rio Vouga, a beleza natural e o ar puro impõem-se em São Pedro do Sul.

1.1. Localização geográfica e caracterização geomorfológica do concelho de São Pedro do Sul

O município de São Pedro do Sul, com as suas 14 freguesias (Figura 13), detém uma área de 348,95km², localizando-se na região Centro, no distrito de Viseu e na sub-região do Dão-Lafões. A nordeste é limitado pelo município de Castro Daire, a sueste por Viseu, a sul por Vouzela, a sudoeste por Oliveira de Frades, a Oeste por Vale de Cambra e a noroeste por Arouca.



Fig. 14 - Mapa do Concelho de S. Pedro do Sul com as respetivas Freguesias
Fonte: (CMSPS, 2018)

As Termas de São Pedro do Sul, objeto de estudo deste trabalho, constituem uma das localidades da União de Freguesias São Pedro do Sul, Várzea e Baiões.

As principais vias de ligação do município são as estradas nacionais 16 (EN16), 228 (EN228) e 227 (EN227), bem como diversas estradas municipais e outras vias rodoviárias de caráter local e interurbano, em razoável estado de conservação.

O município de São Pedro do Sul é ladeado pelo denominado Maciço da Gralheira, constituído pela serra da Freita a oeste, serra da Arada a noroeste e serra de São Macário a Norte. A altitude máxima do município é de 1118m (Orlando Ribeiro, 1943)

A principal via hidrográfica que percorre o concelho é o rio Vouga, tendo este como principais afluentes os rios Sul e Troço, que confluem no perímetro urbano da cidade. O município de São Pedro do Sul fica situado na bacia hidrográfica do rio

Vouga, na sua zona média, os seus solos são, maioritariamente, compostos por rochas de xisto e graníticas. Sob o ponto de vista geomorfológico, a montante de São Pedro do Sul, o rio Vouga tem um percurso em declives acidentados e a jusante é feito em vale aberto. Desta forma o risco de inundação entre a cidade e a zona das Termas de São Pedro do Sul aumenta, situação observada nas cheias que habitualmente assolam esta localidade. Outras vias hidrográficas do concelho são os rios Teixeira e Paiva (Rodrigues, 2009).



Fig. 15: Rio Vouga, vista panorâmica tomando-se como ponto de referência as Termas de S. P. Sul
Fonte: Própria

Do ponto de vista hidrológico, será de salientar nas Termas de São Pedro do Sul, a nascente termal composta por água fracamente mineralizada, doce, com reação muito alcalina, bicarbonatada, fluoretada, sulfidratada sódica e fortemente silicatada (Rodrigues, 2009).

1.2. Análise sociodemográfica e económica do concelho de São Pedro do Sul

De acordo com os Censos realizados em 2011, no município de São Pedro do Sul habitam 16788 pessoas, sendo a densidade populacional de $48,3^{\text{hab/km}}$. (Pordata, 2017). Tomando-se como referência os dados obtidos nos anos 1960, 1981, 2001 e 2011 (Fig. 16) verifica-se que a população tem diminuído no concelho. Esta situação pode ser explicada pela saída de pessoas para o estrangeiro ou para outros locais do país, à procura de melhores condições de vida (Pordata, 2017).

Territórios		N.º médio de indivíduos por Km²			
Âmbito Geográfico	Anos	1960	1981	2001	2011
Município	São Pedro do Sul	69,6	60,8	54,7	48,3

Fig. 16: Evolução da densidade populacional do concelho de São Pedro do Sul, 1960 a 2011

Fonte: Adaptado de Pordata, 2017

Ao analisarmos a pirâmide etária da população do município de São Pedro do Sul, em 2011, verifica-se um aumento da proporção da população idosa (envelhecimento no topo) e uma diminuição da população jovem (Pordata, 2017).

O índice de envelhecimento em 2011 era de 207,4%, (Fig. 17) uma consequência da inversão da pirâmide etária (Pordata, 2017).

Territórios		Índice de envelhecimento
Âmbito Geográfico	Anos	2011
Município	São Pedro do Sul	207,4

Fig. 17: Índice de envelhecimento no concelho de São Pedro do Sul, 2011

Fonte: Adaptado de Pordata, 2017

No que se refere a níveis de escolaridade, em 2011, conforme Fig. 18, o total de população sem nível de escolaridade era de 2341 habitantes, detendo o 1º ciclo do ensino básico 5117 habitantes, o 2º ciclo do ensino básico 2026 habitantes e o 3º ciclo 2227 habitantes. Com o ensino secundário havia, então, 1179 habitantes, com o ensino médio 4109 habitantes e com ensino superior 1107 habitantes (Pordata, 2017).

Territórios		Nível de escolaridade							
Âmbito Geográfico	Anos	Total	Sem nível de escolaridade	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Médio	Superior
		2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Município	São Pedro do Sul	14.706	2.341	5.117	2.026	2.227	1.779	4.109	1.107

Fig. 18: Nível de escolaridade da população no concelho de São Pedro do Sul, 2011

Fonte: Adaptado de Pordata, 2017

Tendo em conta que as taxas de escolaridade são um dos indicadores da qualificação da população, fica evidenciado que o município de São Pedro do Sul tem problemas a este nível.

No plano económico, os principais indicadores do município demonstram que a população ativa é de 6754 habitantes. A taxa de desemprego corresponde a 11% (Pordata, 2017).

Refira-se que o setor primário representa 9,9% da população empregada, demonstrativo do peso que as atividades ligadas à agricultura e silvicultura têm ainda no concelho, refletindo a interioridade do território (Pordata, 2017).

O setor secundário representa 28,6% da população. De referir que o município tem dois parques industriais: um em Bordonhos e outro no Alto do Barro. Dispõe ainda de um Gabinete do Empreendedor que tem como objetivo a promoção do empreendedorismo e captação de investimentos para o concelho (Pordata, 2017).



Fig. 19 - Parques industriais: um em Bordonhos (esq) e outro no Alto do Barro (dir)
Fonte: CMSPS, 2018

O setor terciário detém a maior taxa, 61,5%. Áreas de atividades como serviços públicos, bancários entre outros, são os maiores empregadores do concelho. Neste campo, é particularmente importante, o setor do turismo, no qual se integram restaurantes, hotéis e similares (Pordata, 2017).

2. As Termas de São Pedro do Sul: recursos patrimoniais

Na localidade das Termas de S. Pedro do Sul, encontra-se o próprio complexo termal. Estas águas medicinais são aconselhadas a nível médico para tratamento de doenças das vias respiratórias, do foro reumático e músculo-esquelético (Termalitur, 2017), ao invés do recurso ao consumo de medicamentos. As razões prendem-se ao facto de o tratamento em Termas permitir, para além da melhoria significativa da mobilidade e diminuição de dores, a conquista da autonomia e autoconfiança dos doentes e a diminuição do consumo de produtos químicos. A opção por um tratamento não agressivo, preventivo e sem efeitos secundários como a cura termal, levará a uma melhoria significativa da qualidade de vida.

As Termas de São Pedro do Sul disponibilizam, há mais de 20 anos, um serviço de Fisioterapia com condições únicas de tratamento, potenciando a enorme capacidade dos seus modernos equipamentos com profissionais de excelência e com as propriedades únicas das suas águas termais.

As Termas de São Pedro do Sul têm à disposição dois balneários termais – o clássico Balneário Rainha D. Amélia e o amplo Balneário D. Afonso Henriques, ambos modernamente equipados e com uma equipa técnica qualificada (Termalitur, 2017).

2.1. Complexo Termal: sua caracterização

O início da presença humana no lugar designado Termas de São Pedro do Sul remonta a um período muito afastado e difícil de precisar. Os castros que chegaram até nós testemunham essa antiguidade e pressupõe-se que terão sido o ponto de partida para que os romanos se tivessem instalado localmente (Oliveira, 2002).

De referir que no período pré-romano, as águas termais seriam já utilizadas para fins terapêuticos, tal como atesta o antigo Castro do Banho. Porém, seriam os romanos com o seu conhecimento sobre as propriedades medicinais das águas, que lhe dariam

uma utilização quer terapêutica, quer como fonte de prazer, luxo e de vida social (Oliveira, 2002).

Os vestígios da ocupação romana são atualmente visíveis na Estrada Romana que ali passava, bem como na Ponte Romana existente localmente e que ainda hoje serve para o trânsito automóvel e, ainda, o Balneário Romano constituído por quatro estruturas diferenciadas: O “Tepidarium” (banho de transição), o “Sudarium” (banho de vapor), o “Caldarium” (banho de água quente) e o “Laconicum” (estufa seca) (Oliveira, 2002).



Fig. 20: Ponte Romana

Fonte: Própria

O Balneário Romano -“Balneum” é efetivamente a marca mais importante do legado romano localmente. A edificação do conjunto termal constituído pela piscina exterior, fustes e capitéis jónicos de grandes dimensões foi posta a descoberto após as primeiras escavações levadas a cabo pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em meados dos anos 50 do século passado. Mais tarde, a realização de novas escavações iniciadas em 1985, deixaram a descoberto novos fustes e capitéis jónicos, mais piscinas e diversas medalhas com as efigies de Constantino e Trajano, bem como uma inscrição dedicada ao Deus Mercúrio (Oliveira, 2002).

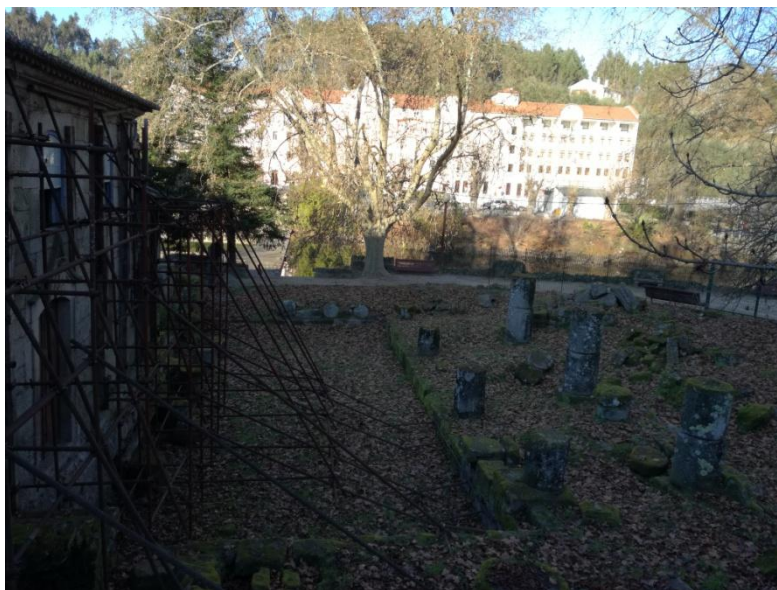


Fig. 21: Parte do Antigo “Balneum Romano”

Fonte: Própria

Após a queda e desagregação do Império Romano, seguiu-se um interregno na vida das Caldas Lafonenses, que assim foram designadas a partir do século XII. Com a fundação da nacionalidade, as Caldas de Lafões ganharam outro impulso sendo frequentadas por ilustres figuras da corte portuguesa. Destaca-se a presença de D. Afonso Henriques, que em 1152 lhes concedeu foral designando-a por Vila do Banho e elevando-a a concelho, mais tarde a “Couto do Reino” e, posteriormente, a “Couto de Honra” (Oliveira, 2002).

Com efeito, em 1164, D. Afonso Henriques, na sequência da batalha de Badajoz e da fratura que sofreu numa das pernas, foi recuperar fisicamente para as Caldas de Lafões, na Vila do Banho. Ali foram lavrados e aprovados documentos de grande importância referentes ao seu reinado. A sua presença durante o período de convalescência alterou por completo o quotidiano das Caldas Lafonenses, atraindo quer nobres, quer plebeus, ricos e pobres que vinham em busca da cura para as suas maleitas (Oliveira, 2002).

Nos séculos seguintes, o conjunto termal de Lafões continuou a ser o principal centro de assistência da região tendo recebido ainda, entre outras personalidades, D. Dinis, D. João I, D. Duarte, o Infante D. Pedro e o Infante D. Henrique (Oliveira, 2002).

No início do século XVI, no reinado de D. Manuel I, as Caldas Lafonenses obtiveram um novo impulso. Em 1515, o rei atribuiu um novo e importante foral à Vila do Banho, aumentando as suas competências e relevância. Ordenou a construção de um hospital, que passou a designar-se como “Hospital Real das Caldas de Lafões, a mando do Rei Venturoso (Oliveira, 2002).



Fig. 22 - Antigo Hospital Real das Caldas de Lafões

Fonte: Própria

Em 1696, é publicado por António Pires da Sylva, a “Chronographia Medicinal das Caldas de Alafoens”, que resume de forma pormenorizada a estrutura do funcionamento do hospital, das termas e da utilização das águas para fins medicinais, tornando-se então, as termas de Lafões, as primeiras a nível do país a serem submetidas a um estudo científico médico (Oliveira, 2002).

O século XIX apresenta-se como um dos mais importantes na história das Termas. Os registos demonstram que em 1821 os antigos tanques ainda existiam, porém, em 1875, já tinham sido substituídos por onze aposentos com dezasseis banheiras, quatro destas forradas a azulejos e as restantes a granito, estando oito em quartos isolados e as restantes distribuídos duas a duas. “Estas alterações demonstram, a perda de importância do Hospital Real e o seu abandono a favor dos então recentes hospitais

da Misericórdia de Vouzela e de São Pedro do Sul, bem como evidenciam ainda um maior desenvolvimento como estância termal”(Oliveira, 2002).

No final do século XIX, em 1884, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul ordenou a edificação de um novo e moderno balneário, cujos trabalhos tiveram início nesse ano. O edifício, constituído por duas alas simétricas, ligadas por um vestíbulo espaçoso detinha, em cada uma das alas, as salas e os quartos de banho, suficientemente espaçosos, iluminados e agradáveis. No centro do edifício, uma sala ampla, com acesso aos duches e uma sala de espera. As banheiras eram dez em ambos os lados, umas de mármore e outras de azulejos e no centro existia uma torre quadrangular de ferro com 16 metros de altura com reservatórios de lousa destinados aos duches (Oliveira, 1996).

A vinda às Termas de São Pedro do Sul da Rainha D. Amélia, em 1894, acompanhada dos seus filhos, com o objetivo de obter a cura para os seus males foi também um momento alto no desenvolvimento das termas. Por forma a assinalar a sua visita e a sua permanência em São Pedro do Sul decidiu a Câmara Municipal colocar no átrio do edifício um busto em alto-relevo e uma placa com o brasão da Rainha, tendo ainda, em 1895, feito publicar um decreto que estabelecia que as Caldas de Lafões se passassem a designar “Caldas da Rainha D. Amélia”. A partir dessa data, o seu nome foi atribuído ao, então, recente Balneário, o qual se mantém até hoje. Com a Implantação da República, passou a chamar-se ao complexo termal Termas de São Pedro do Sul (Oliveira, 1996).

Em 1914, o Balneário Rainha D. Amélia foi ampliado com a inauguração de uma nova ala, que incluía novas salas de tratamento. Este facto deve-se, sobretudo, à inauguração da Linha do Vouga na região, tornando-se o comboio o meio de transporte mais utilizado pelos aquistas, facto que se repercutiu numa grande afluência às Termas de São Pedro do Sul (Oliveira, 1996).

Em meados da década de 80, em 1987 foi inaugurado um novo e espaçoso Centro Termal, sendo parcialmente encerrado o Balneário Rainha D. Amélia, a fim de serem levadas a cabo importantes obras de requalificação (Termalístur, 2017).

O atual complexo termal, constituído pelo Balneário Rainha D. Amélia, entretanto reaberto e o Balneário D. Afonso Henriques, está a funcionar em pleno desde 2001. Está provido dos mais modernos equipamentos termais, bem como de outras infraestruturas e espaços de apoio, como é o caso de um Núcleo Museológico, de uma sala multiusos e de um auditório (Termalitur, 2017).

O Núcleo Museológico das Termas de São Pedro do Sul, é um espaço que preserva e expõe uma parte importante do acervo patrimonial relacionado com as termas, podendo-se consultar neste Núcleo Museológico registos documentais (escritos e fotográficos) relativos às Termas, bem como conhecer apetrechos utilizados nos processos de cura termal.



Fig. 23: Balneário Rainha Dona Amélia
Fonte: Própria



Fig.24: Balneário Dom Afonso Henriques
Fonte: Própria

2.2. Outros recursos Patrimoniais das Termas de São Pedro do Sul

Para além do património já referido no lugar designado Termas de São Pedro do Sul, será de salientar a **Capela de São Martinho**, um pequeno templo gótico que resta de uma antiga igreja de tamanho superior. Há informação documental a partir de 1258, mas o orago pressupõe um culto mais antigo. (Oliveira, 2002)

“Face a algumas evidências arqueológicas, arquitetónicas e a certas cogitações históricas, atribui-se a construção da antiga igreja de S. Martinho do Banho ao príncipe Bermudo Ordonhes, filho do rei Ordonho I e patriarca do clã senhorial de Lafões durante os últimos anos do séc. IX. A consolidar esta teoria, na parede norte da capelinha, encontra-se embutido um fragmento de um ajimez que se trata de uma peça pertencente à parte superior de uma janela arqueada, rara a sul do rio Douro e típica de um edifício religioso paleocristão, provavelmente um templo moçárabe.” (Oliveira, 2002)

Atualmente, a capela dista cerca de vinte metros do edifício termal, porém, estaria praticamente junta ao edifício. Após, entrar em ruína toda a área basilical foi retirada, permanecendo apenas a capela-mor de reconstrução tardio-medieval (Oliveira, 2002).



Fig. 25: Capela de São Martinho

Fonte: Própria

Construída para atravessar o rio Vouga, a **Ponte Romana das Termas**, integrada hoje na atual EN nº16, é assim apelidada, dado que estaria incluída na antiga estrada romana que ligava o interior ao litoral. Porém, de acordo com Oliveira (2002) não se identificam vestígios romanos na ponte, embora os alicerces careçam de um estudo, conforme refere o autor.

O tabuleiro da ponte está assente em seis arcos (dois maiores nas pontas e quatro mais pequenos ao centro). O arco da margem esquerda é de volta quebrada, datado do período medieval e nas suas pedras vislumbram-se marcas de canteiros. Os restantes arcos, são de volta perfeita e trata-se de uma reconstrução datada de 1871, ano em que se procederam a obras na ponte com vista à passagem da Estrada Real nº 41 (Oliveira, 2002).



Fig.26 - Ponte Romana

Fonte: Própria

Outra ponte existente nas Termas de São Pedro do Sul, 200 metros a montante da Ponte Romana, é a **Ponte Pedonal**. De construção recente, concebida em ferro, a ponte de uso pedonal deverá ser referenciada, dado que permite ao visitante deter, quando a atravessa, uma panorâmica da zona central das Termas de São Pedro do Sul.



Fig.27 - Ponte Pedonal

Fonte: Própria

Situada na zona central das Termas, a **Igreja da Nossa Senhora da Saúde** teve como impulsionador da obra o Padre Carlos Cunha. A sua construção iniciou-se em 15 de maio de 1996, tendo sido inaugurada pelo Bispo de Viseu Dom António Ramos Monteiro, a 21 de maio de 1998, que dedicou o seu altar à Nossa Senhora da Saúde. É um edifício com um espaço amplo constituído por uma única nave. Maioritariamente feito em pedra e suportado por vigas de madeira. O Altar é um conjunto sóbrio de pedra (Diocese de Viseu, 2018).



Fig.28: Igreja Nossa Senhora da Saúde

Fonte: Própria

Ainda relativamente ao património cultural imóvel será de referenciar o edifício **Inatel Palace Hotel**. Com a abertura da linha ferroviária do Vale do Vouga, em 5 de Fevereiro de 1914, e a crescente frequência de aquistas nas Termas de S. Pedro do

Sul, pensou-se concessionar a exploração das águas quentes a uma empresa que, em contrapartida, promovesse significativas melhorias na estância termal: obras no Balneário Rainha D. Amélia, a construção de um jardim e a construção de uma unidade hoteleira. Para o efeito, foi constituída a empresa Diniz & C.^a Lda., que, à semelhança do que se fazia então na Europa, edificou o Palace Hotel, magnífico espaço de descanso e lazer. O edifício ficou concluído em meados de 1930 e cativa pelas linhas arquitetónicas *art déco*, com salões luxuosos indicados para bailes e festas (INATEL, 2018)

Nos anos 50 o imóvel fechou portas e foi adquirido pela FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho) que lhe deu o nome de Colónia de Férias António Correia de Oliveira (poeta nascido em S. Pedro do Sul). Mais tarde, voltou a fechar em 1975, albergando uma comunidade de retornados vindos das antigas colónias africanas que aí permaneceram por um ano, reabrindo depois como Colónia de Férias da Fundação INATEL (Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres) e assim se manteve aberto até 1993. Devido à antiguidade do edifício, o INATEL viu-se obrigado a recuperar o imóvel, adaptando-o às exigências modernas, mas sempre de acordo com a traça original. Reabriu em 1997 com o aspeto que detém atualmente e é hoje um dos mais emblemáticos hotéis das Termas de S. Pedro do Sul (INATEL, 2018)

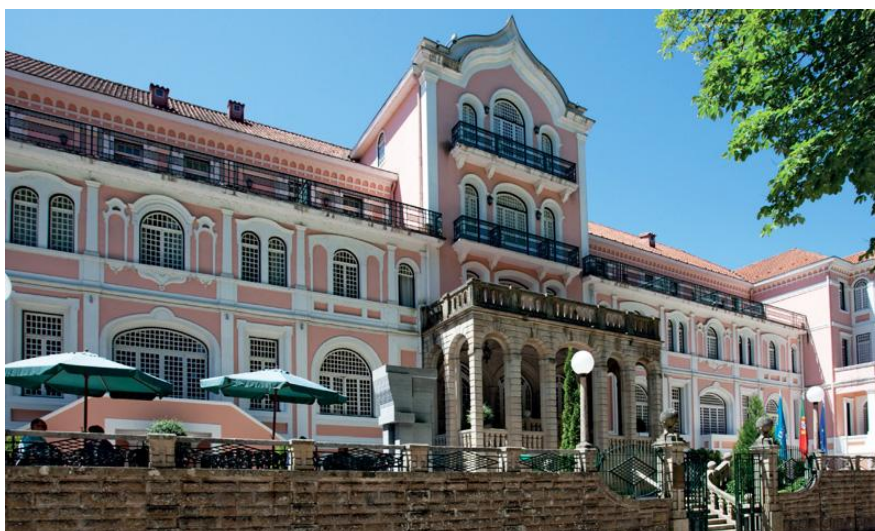


Fig. 29 - Inatel Palace Hotel

Fonte: Própria

Situada junto ao rio e enquadrada numa região com um arvoredado luxuriante, encontra-se a **Fonte de São Martinho**. Edificada pela população em 1943 é ricamente decorada por painéis de azulejas preenchidos em tons de azul e com versos com quadras populares.



Fig. 30 - Fonte de São Martinho
Fonte: Própria

Em relação ao Património Natural será de referenciar a **Fauna e a Flora do Médio Vouga**, merecendo especial referência, ao nível da **Flora**, a gilbardeira, o freixo, o carvalho-roble e o ulmeiro. No que diz respeito à **Fauna**, de referir, a Salamandra-lusitânica, a lampreia de riacho, o sável, a savelha, o lagarto-de-água, a lontra, a boga-comum, a lampreia marinha, o escalo, o ruivaco, o sapo-parteiro-comum, a rã-ibérica, o tritão marmorado ou o tritão verde, o univo crassus e o unio elongatulus ou unio mancus (ADRMAG, 2018),

Ainda no âmbito do património natural, salientamos a **Nascente Tradicional** e o **Furo AC1** que estão situados no Jardim Municipal, localizado junto ao Balneário Rainha Dona Amélia nas Termas de São Pedro do Sul

A **Nascente Tradicional** remete para a captação de água mineral quente que, tendo sofrido algumas modificações ao longo do tempo, sabe-se ter sido usada desde, pelo menos, o período da presença romana no local. Esta água mineral emerge,

naturalmente, à temperatura de 68,7°C com um caudal de 10 litros por segundo (Termalitur, 2017).

São águas de grande riqueza em elementos químicos, designando-se por águas minerais sulfúreas, alcalinas, bicarbonatadas sódicas, fluoretadas e muito ricas em sílica. Apresentam uma caracterização físico-química típica.

Mineralização Total - 303,4mg/L,

Sulfuração Total - 22,8mL/L,

Alcalinidade Total - 23

pH= 8,82 (a 20°C (Termalitur, 2017)

Devido às suas propriedades, estas águas estão indicadas para o tratamento de doenças das vias respiratórias, do foro reumático e músculo-esquelético. Para tornar possível o seu uso medicinal, é necessário proceder ao seu prévio arrefecimento, até cerca dos 37°C, através de um sistema de permuta de calor, sendo este utilizado, em especial, na climatização de alguns edifícios da zona das Termas (Termalitur, 2017).



Fig. 31: Nascente Tradicional
Fonte: Própria

O **Furo AC1** diz respeito a uma captação resultante de uma sondagem semi-vertical, com um comprimento de 500m, estrategicamente realizada de modo a interseccionar uma extensa falha tectónica ativa que conduz fluxos de água subterrânea desde grandes distâncias e profundidades. Este furo foi realizado em 1997 e teve como objetivo obter água mineral termal similar à captada na Nascente Tradicional, de modo a reforçar o caudal de exploração, para assim as Termas de São Pedro do Sul continuarem na senda do Termalismo de elevada qualidade (Termalitur, 2017).

CAPÍTULO IV – APLICAÇÃO DE UM INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1. Análise dos dados recolhidos através de um inquérito por questionário

Neste capítulo procederemos à análise da informação obtida através de um inquérito por questionário, tendo em vista conhecer o perfil do turista das Termas de São Pedro do Sul e perceber o seu conhecimento sobre a história e o património existentes localmente, bem como a sua disponibilidade e interesse em participar num percurso pedestre, caso o mesmo fosse definido.

Nesse sentido, organizámos o referido inquérito por questionário. A amostra foi constituída por 70 pessoas, tendo sido as respostas obtidas, entre 1 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2017, no Posto de Turismo que se situa nas Termas de São Pedro do Sul.

1.1. Tratamento da informação obtida

No que concerne ao perfil dos inquiridos, conforme Gráfico 1, constata-se que a maioria é do sexo masculino (54,3%), sendo 45,7% do sexo feminino.

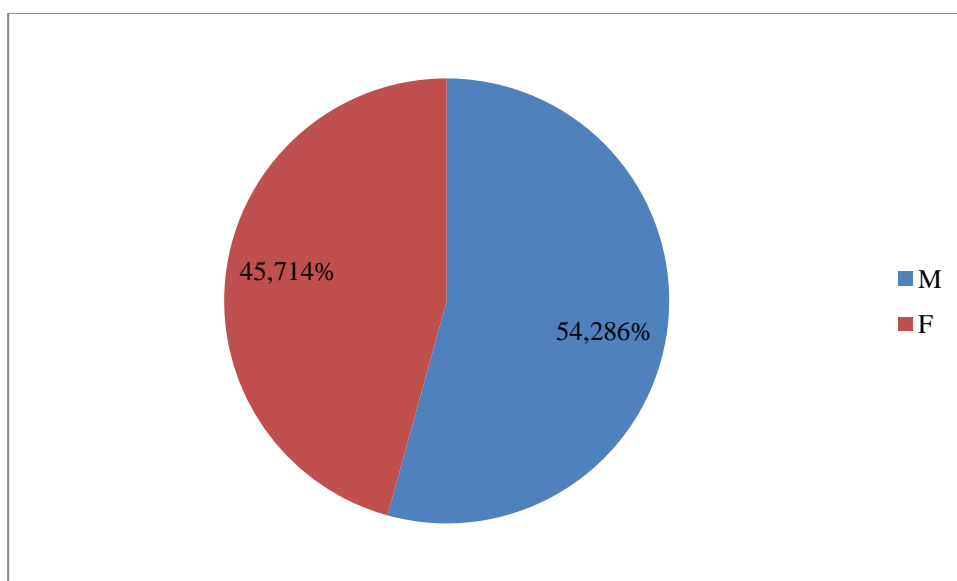


Gráfico 1: Distribuição dos inquiridos por género

Fonte: Própria

Verifica-se que 97,2% dos inquiridos são de origem portuguesa, sendo um dos inquiridos de nacionalidade espanhola e outro de origem francesa.

Em relação à idade dos inquiridos, conforme o Gráfico 2, 38,6% têm mais de 60 anos, havendo 30,0% na faixa etária dos 18-34 anos, 25,714% com idade compreendida entre os 35-60 anos e 5,71% com menos de 18 anos de idade.

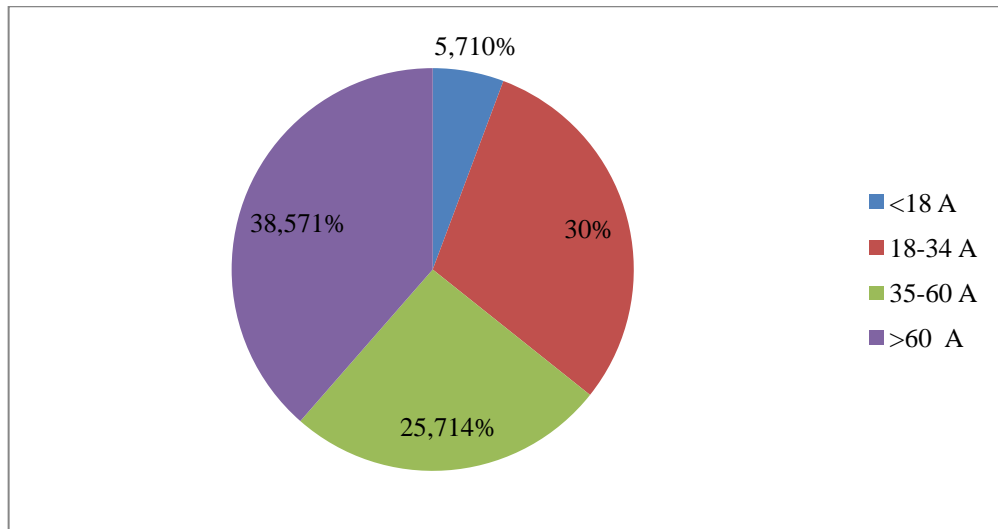


Gráfico 2: Distribuição dos inquiridos por idade

Fonte: Própria

O Gráfico 3 refere-se ao índice de escolaridade, verificando-se que 42,857% possuem o ensino secundário, 32,857% possuem o ensino básico, 20,0% o ensino superior e 4,286% não têm qualquer nível de escolaridade.

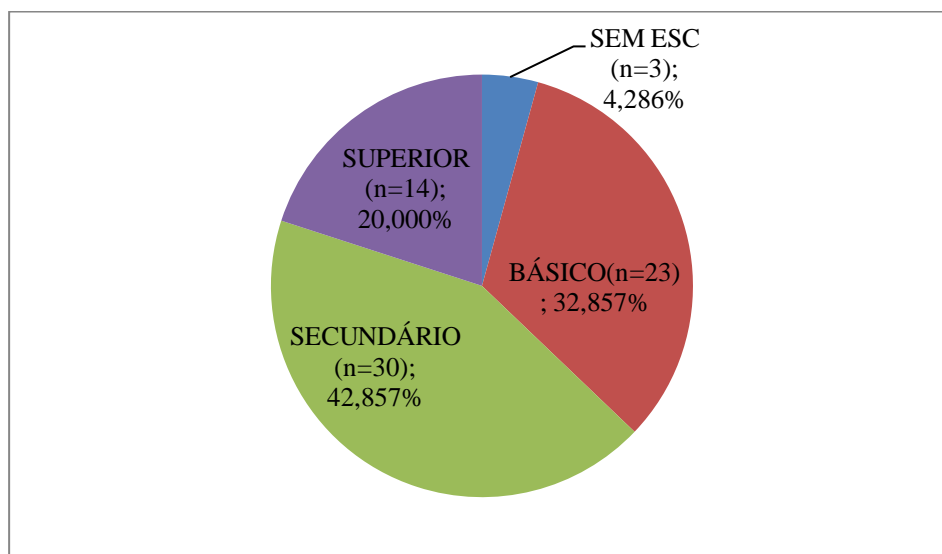


Gráfico 3: Distribuição por índice de escolaridade
Fonte: Própria

Se há 38,571% dos inquiridos que trabalham por conta de outrem, um número significativo são reformados (37,143%), 11,429% encontram-se no desemprego, 7,143% trabalham por conta própria, sendo estudantes 5,714% (cf. Gráfico 4).

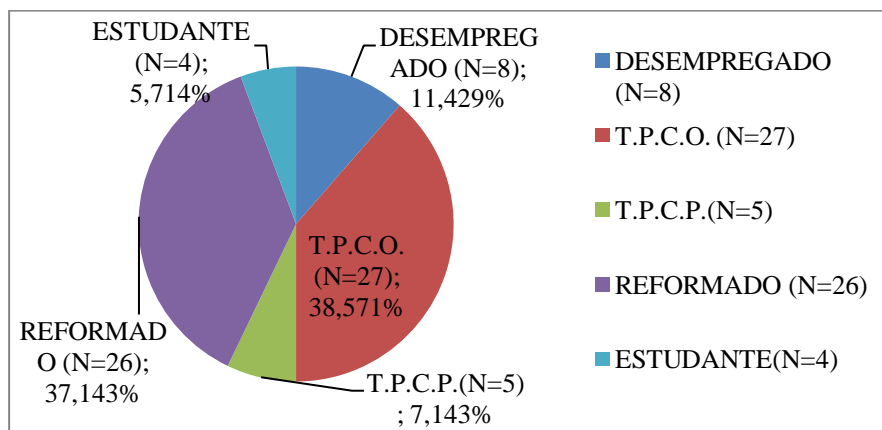


Gráfico 4: Distribuição relativa à situação laboral
Fonte: Própria

Quanto à proveniência, mediante o Gráfico 5, podemos verificar que esta é muito diversificada, havendo inquiridos, do Norte, do Centro e do Sul de Portugal Continental. Se analisarmos por regiões os inquiridos, constatamos o domínio da zona Centro, seguindo-se a zona Sul e por último a zona Norte (com 50,0%;

25,714%; e 14,286% respetivamente, sendo que 10% não responderam). Em termos distritais, curiosamente, a maioria dos inquiridos (60,0%) não pertence ao distrito de Viseu (cf. Gráfico 6).

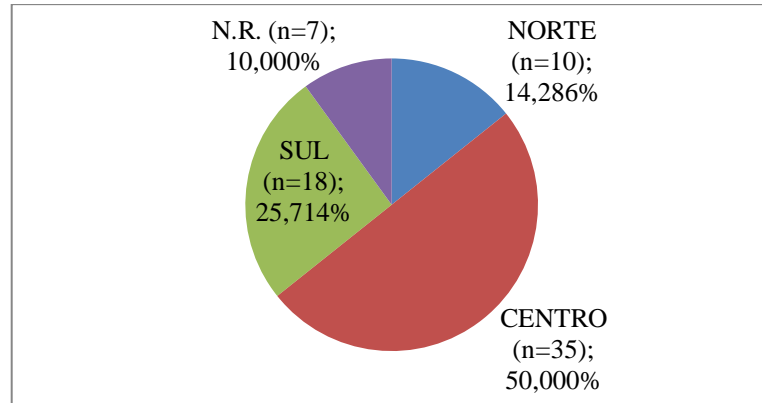


Gráfico 5: Proveniência dos visitantes por região
Fonte: Própria

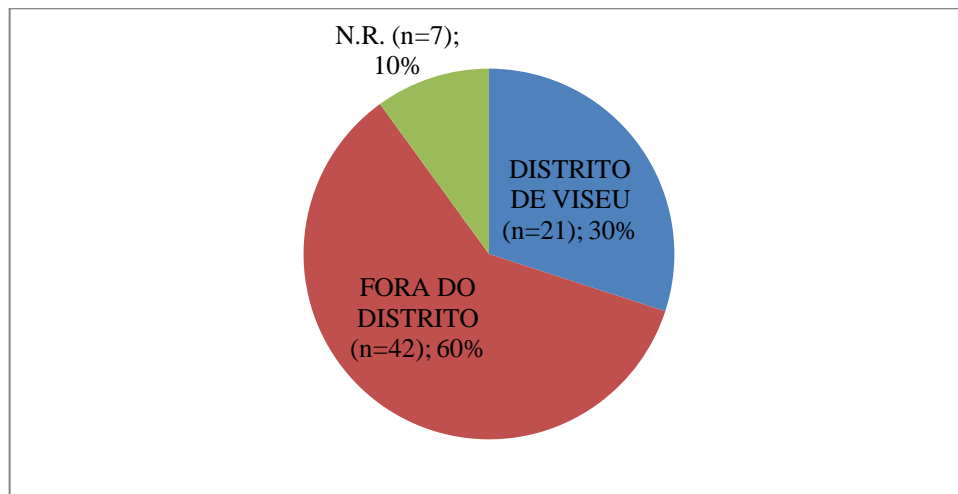


Gráfico 6: Proveniência dos visitantes tomando como referência o distrito de Viseu
Fonte: Própria

No que se refere às razões da deslocação às termas de São Pedro do Sul, verificamos, conforme Gráfico 7, que 2, 54,286% dos inquiridos refere não ser a 1ª vez que o fazem, havendo 44,286% que referem ser, na altura, a primeira vez que visitaram as Termas 1,429% não respondeu.

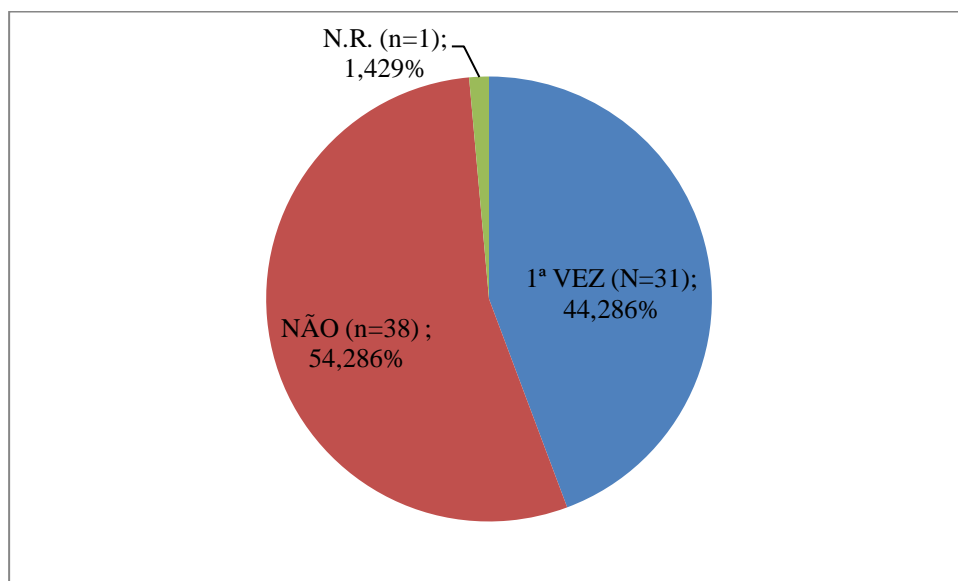


Gráfico 7: Deslocação às Termas de São Pedro do Sul
Fonte: Própria

No que respeita à via pela qual os inquiridos tomaram conhecimento sobre as Termas de São Pedro do Sul, o Gráfico 8 evidencia os resultados obtidos, havendo inquiridos que identificaram mais do que uma via mediante a qual obtiveram a informação. Assim, 55,714% refere a Internet. As redes sociais e outras vias (principalmente amigos e conhecidos) são outras das principais fontes de informação, com 37,143% e 30%, respetivamente. De referir que 21,429% dos inquiridos mencionam que tiveram conhecimento das Termas de São Pedro do Sul através da televisão, 27,142% através de jornais, 17,143% por meio de revistas e apenas 2,857% teve esse conhecimento através de *flyers*.

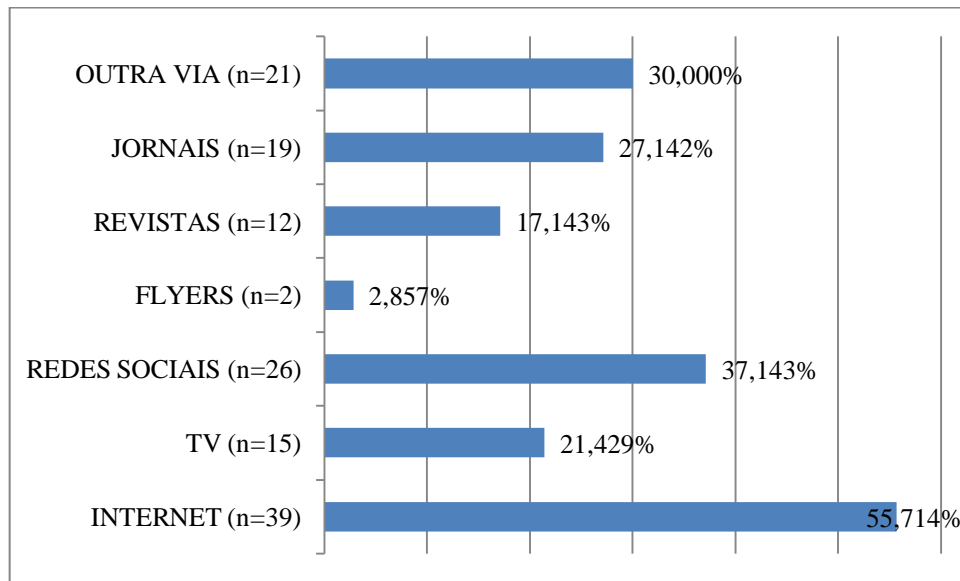


Gráfico 8: Forma como deteve conhecimento sobre as Termas de São Pedro do Sul
Fonte: Própria

O Gráfico 9 apresenta o tempo de permanência dos inquiridos nas Termas de São Pedro do Sul. Por quinze dias é o período de tempo dominante (37,143%), enquanto 18,571% referem uma estadia entre 1-2 dias, 15,714% referem apenas algumas horas, 15,714% referem uma estadia entre 3-5 dias, 7,143% permanecem nas termas durante 1 semana e apenas 2,857% mais de 15 dias.

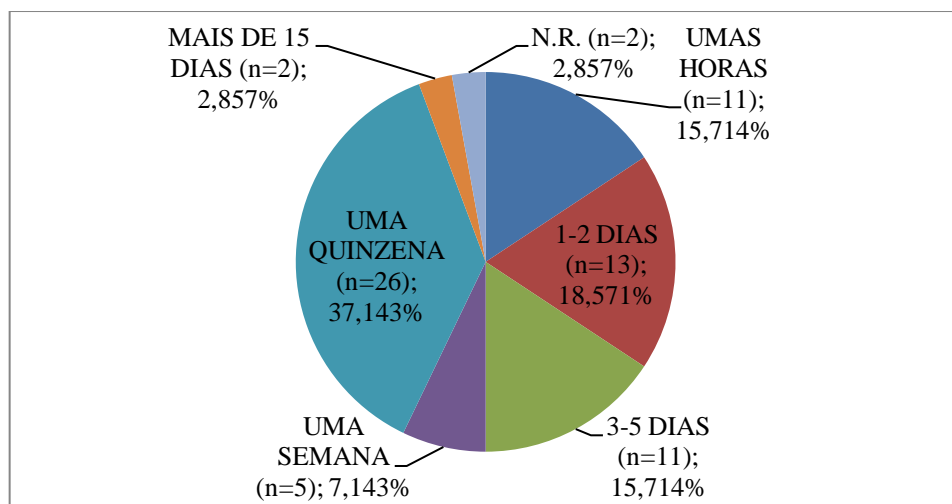


Gráfico 9: Tempo de permanência nas Termas de São Pedro do Sul
Fonte: Própria

Quanto ao motivo da vinda às Termas de São Pedro do Sul, o Lazer é o principal motivo identificado, com 51,429% das respostas, seguindo-se os tratamentos de saúde com 44,286%. De salientar, que 4,286% dos inquiridos referiu outros motivos, mas sem os especificar (cf. Gráfico 10).

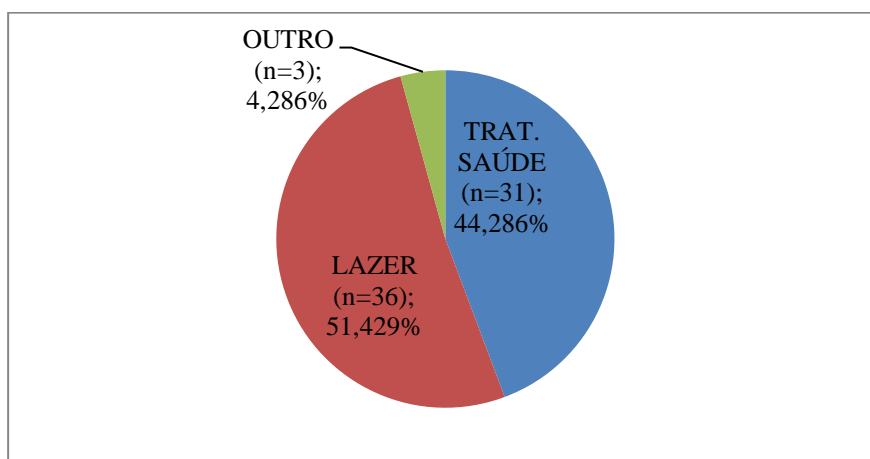


Gráfico 10: Motivo da vinda às Termas de São Pedro do Sul
Fonte: Própria

Relativamente ao conhecimento da história e do património das Termas de São Pedro do Sul, verificamos, conforme Gráfico 11, que 34,286% dos inquiridos afirmam conhecer “uma grande parte” da sua história, 20,0% diz apenas que “conhece”, 20,0% referem que conhecem a história “minimamente”, 24,286% não tem conhecimento da história das Termas de São Pedro do Sul e 1,429% não responde.

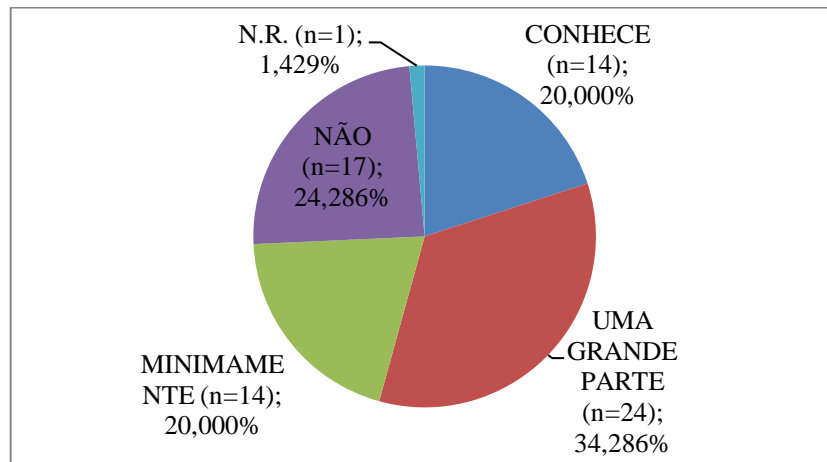


Gráfico 11: Conhecimento da história e do património das Termas de São Pedro do Sul
Fonte: Própria

Relativamente ao conhecimento que os inquiridos têm dos bens patrimoniais existentes localmente, verificamos pelo Gráfico 12 que há inquiridos que conhecem, cumulativamente, vários bens. Assim, os Balneários Rainha D. Amélia e de D. Afonso Henriques são os mais conhecidos (ambos com 82,857%), seguidos pelo Edifício Inatel com 64,286%. Verifica-se que 58,571% conhecem o Balneário Romano e o Hospital Real, 54,286% têm conhecimento da Ponte Romana, 52,857% conhecem a Igreja Nossa S^a da Saúde, 51,429% o Jardim Municipal, 51,429% têm conhecimento do Nascente Termal e do Furo Artesiano, 47,143% da Capela de São Martinho, 42,857% da Fonte de S. Martinho, 31,429% referem o Núcleo Museológico Termal e, apenas, 2,857% conhecem outro património (cf. Gráfico 12).

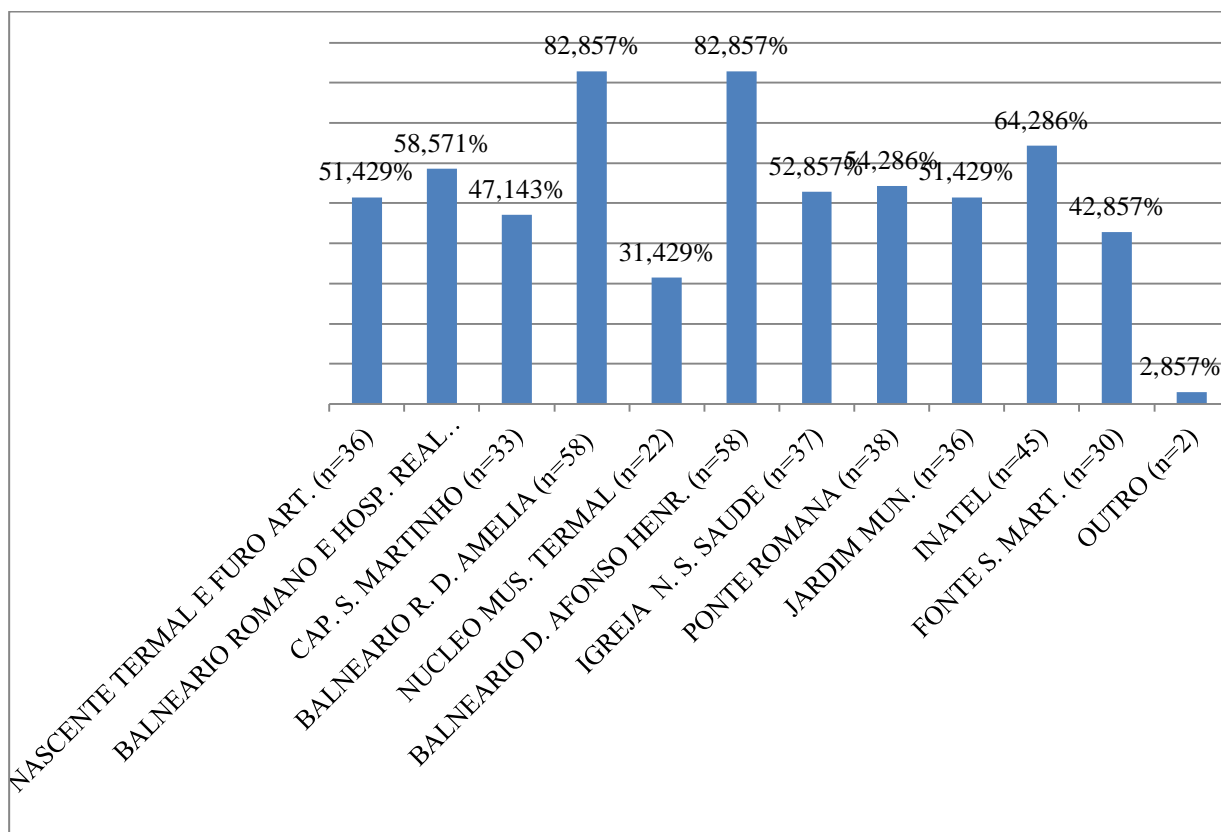


Gráfico 12: Bens patrimoniais conhecidos nas Termas de São Pedro do Sul

Fonte: Própria

De referir que, a grande maioria dos inquiridos (91, 429%) afirma que gostaria de conhecer melhor a história das Termas de São Pedro do Sul. (cf. Gráfico 13).

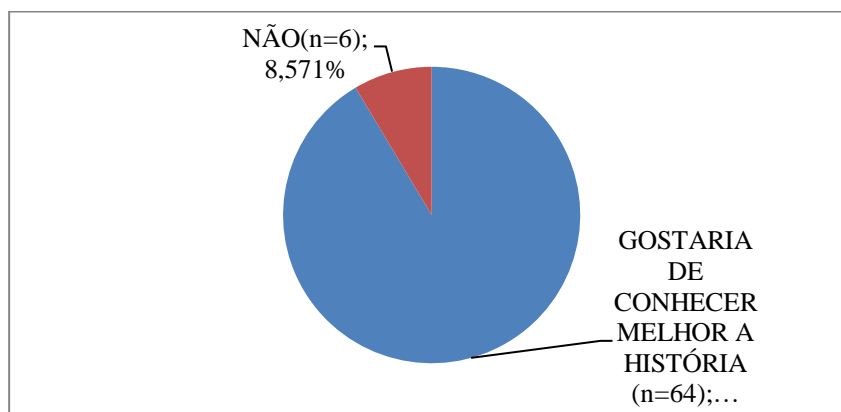


Gráfico 13: Predisposição para melhorar conhecimentos sobre a história das Termas de São Pedro do Sul

Fonte: Própria

Relativamente à criação de um percurso pedestre sinalizado nas Termas de São Pedro do Sul, verifica-se pelo Gráfico 14, que 64,286% dos inquiridos “concordam totalmente” com a criação de um percurso pedestre sinalizado, 25,714% “concordam”, enquanto 1,429% dos inquiridos discorda e/ou 1,429% discorda totalmente. Importa referir que 7,143% dos participantes não evidenciaram opinião (cf. Gráfico 14).

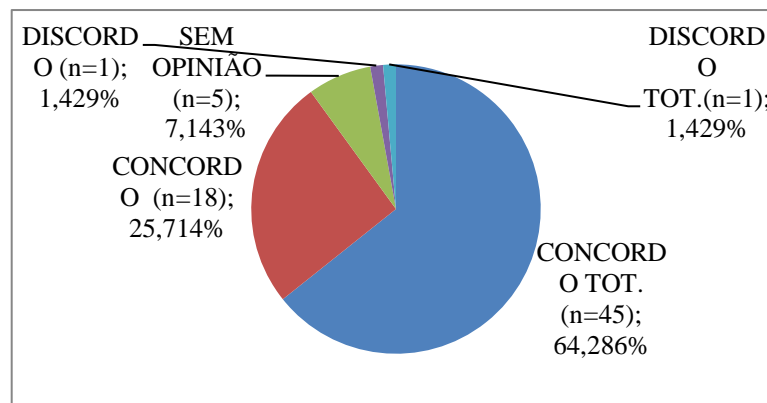


Gráfico 14: Posicionamento face à hipótese de criação um percurso pedestre sinalizado nas Termas de São Pedro do Sul

Fonte: Própria

De referir ainda em relação ao percurso pedestre que 84,286% dos inquiridos afirmam que seriam utilizadores desse percurso, enquanto 14,286% não seriam utilizadores do referido percurso e 1,429% não responderam (cf. Gráfico 15).

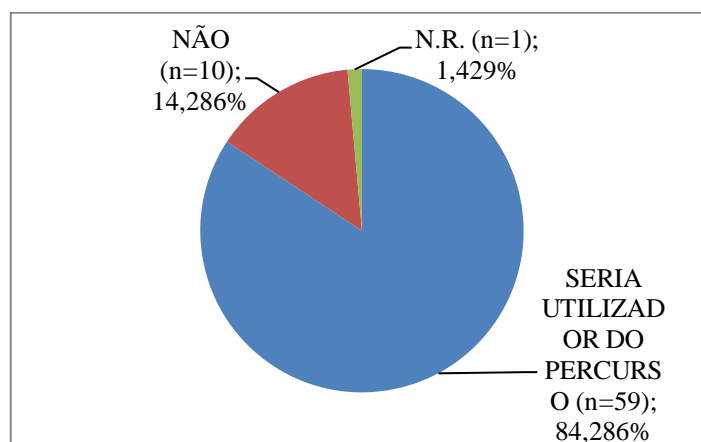


Gráfico 15: Posicionamento face à utilização de um percurso pedestre sinalizado Termas de São Pedro do Sul

Fonte: Própria

**CAPÍTULO V- PROPOSTA DE UM PERCURSO PEDESTRE
NAS TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL**

1. Memória Descritiva e Justificativa

A proposta que apresentamos supõe um Percorso Pedestre na localidade das Termas de São Pedro do Sul, tendo por base o património local. O nosso objetivo é promover a dinamização turística das Termas de São Pedro do Sul, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

O percurso, para além de constituir uma via para se visitar e promover a preservação do património natural e do património cultural imóvel das Termas de São Pedro do Sul, assume uma importante função na promoção, dinamização, valorização e animação do comércio e hotelaria locais.

O percurso será marcado e sinalizado de acordo com o regulamento de Homologação de Percursos Pedestres da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e terá como características gerais (FMCP, 2006):

- ✓ Percorso Local – PL – com uma extensão de 4km;
- ✓ Percorso Circular ou em Anel;
- ✓ Grau de Dificuldade - Fácil

Importa referir, que um percurso pedestre, devidamente marcado e sinalizado, poderá ser, não só, um motor educativo, mas também uma via de incremento do movimento pedestrianista.

Pretende-se com o Percorso a:

- ✓ Valorização dos recursos naturais locais;
- ✓ Proteção e valorização da natureza, despertando as populações para as questões de carácter ambiental;
- ✓ Divulgação e valorização do património histórico edificado;
- ✓ Valorização e afirmação do município de São Pedro do Sul e do seu destino termal;

- ✓ A prática benéfica do exercício físico através da caminhada;
- ✓ Valorização dos territórios rurais interiores.

Na definição do Percurso, recorreremos a caminhos já existentes, visando-se a valorização turística do património local.

O trabalho de levantamento e análise do património foi efetuado durante o Estágio.

O itinerário será marcado com o recurso a tinta de água obedecendo de forma rigorosa às normas nacionais de marcação de percursos pedestres, conforme estipulado pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP, 2006). Os procedimentos técnicos de implementação no terreno serão efetuados para que o percurso seja percorrido nos dois sentidos de marcha, respeitando todos os elementos naturais e edificados.

A sinalização vertical constitui-se como um elemento fundamental em todo o percurso pedestre e como elemento de apoio preferencial nas marcações. O recurso a este método terá como ideia principal um ponto de equilíbrio entre a adaptação dos materiais ao meio ambiente e à máxima durabilidade dos mesmos.

Como referido anteriormente, o percurso pedestre será sinalizado de acordo com o regulamento de Homologação de Percursos Pedestres da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. Nesse sentido, será necessário conceber os seguintes materiais:

- ✓ Uma Placa de Início de Percurso; placa retangular com uma ponta em forma de seta. A largura estará compreendida entre 25 centímetros e um comprimento máximo de 90 centímetros. Deve estar fixada a um ou dois postes de madeira com uma altura acima do nível do solo mais ou menos da entre 1,20 e 1,50 metros. Informa a direção e o sentido a seguir no percurso; menciona o seu nome e a distância total a percorrer; os nomes dos pontos notáveis por onde o percurso passa e a distância a que se encontram esses

lugares. Opcionalmente, a duração do percurso e/ou a simbologia de estruturas de alojamento, de restauração, posto de informação, ente outros

- ✓ Uma Flecha direcional constituída por uma placa retangular com um extremo em forma de seta. A largura estará compreendida entre 15 e 20 centímetros e um comprimento máximo de 80 centímetros. Deverá estar entre 0,50 a 0,90 metros acima do nível do solo.

Além destes elementos, na ponta da Flecha deverão constar dois pequenos triângulos pintados com as cores identificativas do tipo de percurso e no outro extremo, deverá constar um quadrado com 15 centímetros de lado, contendo as siglas do tipo de percurso – PL – e o número de registo, pintados com as cores identificativas do mesmo. As Flechas indicam a direção e o sentido a seguir no percurso, bem como os nomes dos lugares por onde o percurso passa e, opcionalmente, a distância a que se encontram esses lugares.

1. Ficha Técnica do Percurso

Nome: Percurso Pedestre das Termas de São Pedro do Sul

Coordenadas: 40°44'23.1"N 8°05'21.2"W

Concelho: São Pedro do Sul

Freguesia: União de Freguesias de Várzea, Baiões e São Pedro do Sul **Localização:**
Termas de São Pedro do Sul

Acessos: Tomar acesso a A25 até saída nº13 e seguir indicação de São Pedro do Sul por EN16

Tipo: Pedestre

Percurso Circular: Sim

Distância: 1.52 km

Duração média: 45m

Declive: 32m

Tipo de caminho: Estradas e passeios pedonais

Quando visitar: Todo o ano

Homologado: Não.

Sinalizado: Não

Interesse Natural: Percurso inserido junto à bacia hidrográfica do Médio Vouga e na Nascente Termal das Termas de São Pedro do Sul

Proprietário: Caminhos públicos

Entidade Responsável: Câmara Municipal de São Pedro do Sul

Descrição: O percurso começa e termina no parque de estacionamento das **Termas de São Pedro do Sul**, num painel situado junto à **Ponte Pedonal**. A escolha do ponto de partida e chegada foi intencional e selecionada com o propósito de ser de fácil localização, dado que se trata de um local acessível e que permite o estacionamento de viaturas. Ao longo do percurso é possível ter acesso a pontos de venda de água e de géneros alimentares básicos.

Parte do percurso é feito nas margens do **rio Vouga**, onde se pode observar a **fauna e a flora** associadas ao Médio Vouga.

Prosseguindo pela Ponte Pedonal, a direção a tomar é a **Fonte de São Martinho**. Subindo as escadas, encontra-se o edifício do **Inatel Palace Hotel**. Continuando em direção ao centro das Termas surgem, sequencialmente:

- 1) **A Capela de São Martinho.**
- 2) **O “Balneum”/ Balneário Romano.**
- 3) **O Real Hospital das Caldas de Lafões.**

Em seguida, observa-se o complexo termal, constituído pelo **Balneário Rainha D^a Amélia e pelo Balneário D. Afonso Henriques**, podendo-se aí visitar o **Núcleo Museológico das Termas de São Pedro do Sul**. Caminhando-se no sentido **Igreja da Nossa Senhora da Saúde**, pode-se observar a **Nascente Termal e o Furo AC1**. Antes de finalizar o percurso, cruza-se, novamente, o rio Vouga pela **Ponte Romana**, chegando-se ao local de onde se partira, podendo-se deter aí uma panorâmica geral das Termas de São Pedro do Sul.



Fig. 32: Mapa e perfil altimétrico do percurso pedestre proposto
Fonte: própria

CONCLUSÃO

Sendo as Termas de São Pedro do Sul um destino por excelência do Turismo de Saúde e Bem-Estar, à semelhança de outras estâncias termais portuguesas, poderá ser também uma via de valorização de recursos que lhe estão associados, como é o caso dos recursos patrimoniais.

Nesse sentido, no âmbito do trabalho de Estágio, para além do enquadramento teórico, fundamental num estudo de investigação, foi possível, a partir do trabalho empírico efetuado verificar-se a pertinência de apresentarmos a proposta de um percurso pedestre nas Termas de São Pedro do Sul, o qual permitirá à *Termalístur* proporcionar aos visitantes a divulgação do património existente localmente, promovendo, simultaneamente, a sua valorização e a dinamização turística das Termas de São Pedro do Sul.

Refira-se que perfizeram 90% os inquiridos que concordaram totalmente ou, simplesmente, concordaram, com a criação de um percurso pedestre sinalizado (cf. Gráfico 14), havendo 84,286% dos inquiridos que afirmaram poder vir a ser utilizadores desse percurso (cf. Gráfico 15)

A criação do percurso pedestre permite que os recursos existentes nas Termas de São Pedro do Sul sejam visitados, contribuindo assim para a sua valorização, dinamização e conservação. De referir, ainda, que as dinâmicas geradas pelo percurso poderão estimular o comércio e a hotelaria locais, bem como promover o sentido de autoestima da comunidade, potenciando o desenvolvimento sustentável das Termas de São Pedro do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRMAG. (Abril de 2018). *Área Classificadas do Rio Vouga*. Acedido em 15 de Abril 2018. Disponível em: <http://montanhasmagicas.pt/pt/onde-ir/areas-classificadas/rio-vouga/>

Avelar, L. (2002). *Dicionário de Montanha e Escalada*. Acedido em 1 de Março de 2017. Disponível em: <http://luis-avelar.planetaclix.pt/>

Batista, C. M. (2005). *Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural* (Vol. 5). Acedido em 1 de Março de 2017, de Caderno Virtual de Turismo. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/93/88>

Braga, T. (2006). *Pedestrianismo e Percursos Pedestres*. Pico da Pedra: Amigos dos Açores Associação Ecológica.

Branco, D., Vieira, I., & Rodrigues, A. (2015). Interpretação, História, e Turismo Cultural: Evidências do Pórtico da Catedral de Lamego (Vols. Vol.1, pp 41-59). *International Journal of Scientific Management and Tourism*.

Bucho, D. J. (2010). *Património, Animação e Turismo*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

Bywater, M. (1993). *Market segments: The youth and student travel market*. EIU Travel and Tourism Analyst 3.

Cantista, A. P. (2008-2010). O termalismo em Portugal. In *Anales de Hidrología Médica*. Madrid: Universidad Complutense.

Carta de Veneza (1964) - Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios. Veneza, Itália. Acedido em 1 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

Castro, J. P. (2004). *Parque Natural Douro Internacional / Arribes del Duero, Territórios Transfronteiriços – suas dinâmicas*. Braga: Universidade do Minho.

Choay, F. (2001). *A Alegoria do Património*. (L. V. Machado, Trad.) São Paulo, Brasil: Editora Unesp.

CMSPS, C. M. (Junho de 2018). Parques Industriais. Acedido em 30 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.cm-spsul.pt/conteudo.asp?idcat=133>

Conimbriga (2018). Grandes Termas do Sul. Acedido a 30 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.conimbriga.gov.pt/portugues/ruinas.html/ruinas24.html>

Cunha, L. (2006). *Turismo de Saúde - conceitos e mercados*. Lisboa: Revista Lusófona de Humanidades de Tecnologias - Estudos e Ensaios.

Diocese de Viseu. Território de Viseu (Abril de 2018). Acedido em 30 de Abril de 2018. Disponível em: <https://novo.diocesedevisau.pt/>

ESEC, E. S. (2012). *Regulamento de Projeto/Estágio. Mestrado de Turismo de Interior – educação para a sustentabilidade*. Acedido em 30 de Outubro. Disponível em: <https://www.esec.pt/estudar/cursos/turismo-de-interior-educacao-para-sustentabilidade>

Estatística, I. N. (Fevereiro de 2017). Município de São Pedro do Sul. Acedido em 30 de Outubro. Disponível em: https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/printable.jsp?id=ZOhpFpQsQveHBrKXvD4vylOF_49165&lingua_cd=PT

ET27. (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Lisboa: Turismo de Portugal, IP.

Europa, C. d. (Outubro de 1975). Carta Europeia do Património Arquitectónico. Amsterdão, Holanda. Acedido em 1 de Março de 2018, Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRI MONIOARQUITECTONICO.pdf>

FCMP, F. d. (2006). *Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres Montanhismo de Portugal (FCMP)*. Acedido em 15 de Junho 2018. Disponível em: <http://www.fcmpportugal.com/>

Ferreira, A. M. (2003). *O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro. Acedido em 30 de outubro de 2018. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/9425/7757>

Ferreira, A. M. (2007). *O Evento FCNC 2005 e o Turismo*. Faro: Universidade do Algarve.

Ferreira, M. M., & Carmo, H. (1998). *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.

Freixo, M. J. (2011). *Metodologia científica : fundamentos, métodos e técnicas as - 3ª ed. Lisboa*. Lisboa: Instituto Piaget.

Hernández, J. B., & Tresseras, J. J. (2001). *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Ariel.

ICOMOS. (17-23 de Outubro de 1999). Carta Internacional sobre o Turismo Cultural. Cidade do México, México. Acedido em 1 de Março de 2018 Outubro. Disponível em: <Http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreturismocultural1999.pdf>

INATEL. (2018). Inatel São Pedro do Sul Hotel. Acedido em 30 de Outubro. Disponível em: http://www.inatel.pt/Fundacao/Onde-ficar_old/Termalismo-e-bem-estar/INATEL-Sao-Pedro-do-Sul-Hotel/INATEL-S-Pedro-do-Sul-Hotel.aspx

Lacoste, Y. (2003). *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Teorema.

LEC, (2017). *Laboratório Estratégico Centro*. Coimbra: Turismo de Portugal, IP.

Machado, J. (1997). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (3ª ed., Vol. IV)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Mathieson, A., & Wall, G. (1982). *Tourism: economic, physical, and social impacts*. Harlow: Longman.

Mckercher, B., & Cros, H. d. (2002). *Cultural Tourism: The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management*. Binghamton, USA: The Haworth Hospitality Press.

Mendes, J. A. (1990). *A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do património cultural*. Coimbra: CEFA e Delegação Regional Centro da Secretaria de Estado da Cultura.

MTA, Medical Tourism Association. (s.d.). Acedido em 30 de Outubro de 2018. Disponível em: <http://www.medicaltourismassociation.com/en/index.html>

Munsters, W. (2004). Culture x Tourism: a merely a marriage of convenience? *The 'Tourism and Culture' domain of knowledge: a definition*. (pp. 16-18). Maastricht; The Netherlands: Wil Munsters. Acedido em Fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.tram-research.com/atlas/Munsters.InauguralSpeech.pdf>

Oliveira, A. N. (1996). *A Rainha D. Amélia em S. Pedro do Sul: (evocação centenária)*. São Pedro do Sul: Câmara Municipal São Pedro do Sul.

Oliveira, A. N. (2002). *Termas de São Pedro do Sul - Antigas Caldas de Lafões*. Viseu: Palimage Editores.

Orlando Ribeiro, P. d. (1943). *Morfologia do Maciço da Gralheira*. Acedido em 15 de Outubro de 2016. Disponível em: www.socgeol.org/

Patin, V. (1997). *Tourisme et patrimoine en France et en Europe*. Paris: Éditions Les Études de la Documentation Française.

Pordata. (Novembro de 2017). Município de São Pedro do Sul. Acedido em 30 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

Portaria n° 1465/2004, (2004). *Portaria n° 1465/2004, de 17 de Dezembro*. Diário da República Portuguesa I Série-B. Portugal, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Acedido em 30 de outubro

de 2018. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/218357/details/maximized?perPage=100&anoDR=2004&types=SERIEI&search=Pesquisar>

Prats, L. (1997). *Antropologia y Patrimonio* (3ª ed.). Barcelona: Ariel.

Prentice, R. (1993). *Tourism and Heritage Attractions*. Londres: Routledge.

Ramos, A. R. (2005). *O Termalismo em Portugal: Dos factores de obstrução à revitalização pela dimensão turística*. Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Aveiro.

Richards, G. (2000). *Políticas y Actuaciones en el Campo del Turismo cultural Europeo*. Valladolid: Fundacion del Patrimonio Historico de Castillya y Leon.

Richards, G. (2003). *What is cultural tourism?* National Contact Monument: In van Maaren, A. (ed) Erfgoed voor Toerisme.

Ritchie, J. R., & Zins, M. (1978). Culture as Determinant of the Attractiveness of a Tourism Region. *An Empirical Evaluation of the Role of Culture and its Components as Determinants of the Attractiveness of a Tourism Region*. 5. ANNALS OF TOURISM RESEARCH.

Rodrigues, C. M. (2009). *Risco de Inundação - Área das Termas de S. Pedro do Sul - (1960-2001)*. Dissertação de Mestrado em Geografia Física, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra. Acedido em 30 de outubro de 2018. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13486>

Silva, E. P. (1997). *Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Smith, M. A. (2006). "Wellness Tourism." *Tourism Recreation Research*. Acedido em 15 de outubro de 201. Disponível em: <http://ferdamalastofa.is/upload/files/wellness.pdf>.

Smith, M. A. (2009). *Health and Wellness Tourism*. Oxford: Elsevier.

Sousa, F. C., & Cunha, M. J. (2010). *O Património Cultural da Região do Alto Tâmega e Barroso como Produto Turístico* (Vol. 13/14). Revista Turismo & Desenvolvimento. Acedido em 30 de outubro de 2018. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/8259>

Summit, G. S. (2011). *Wellness Tourism and Medical Tourism: Where Do Spas Fit?* New York: Global Spa Summit.

Termalitur. (2017). Termas de São Pedro do Sul. Acedido em 15 de Dezembro de 2017, Disponível em de <http://www.termas-spsul.com/index.asp>

Tovar, Z. M. (2010). Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal. Mestrado em Turismo – Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril. Acedido em 30 de outubro de 2018. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/viewFile/7515/5985>

Turismo de Portugal (2006). *Saúde e Bem-Estar - Plano Estratégico Nacional de Turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.

UNESCO. (26 de Novembro de 1976). Encomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea. Nairobi, Quénia. Acedido em 1 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>

Vallbona, M. C., & Costa, M. P. (2003). *Património cultural*. Madrid: Editorial Síntesis.

Vilelas, J. (2009). *Investigação - O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Welness (2018) Six Dimensions. Acedido em 30 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.nationalwellness.org/>

Zamora, A. F. (2006). *Turismo y Patrimonio Cultural*. Jaén: Universidad de Jaén.

ANEXOS

Anexo I – Inquérito por questionário

No âmbito de um Estágio na *Termalístur, E.M.* integrado no Curso de Mestrado de “Turismo Interior - Educação para a Sustentabilidade”, da Escola Superior de Educação de Coimbra, vimos solicitar a sua colaboração no sentido de obtermos informações sobre as Termas de São Pedro do Sul, tendo em vista o projeto que estamos a desenvolver no referido Estágio

Solicitamos a resposta às questões que se seguem.

As respostas facultadas têm carácter confidencial, sendo garantido o anonimato.

Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade.

João Paulo dos Santos Freitas

Perfil do Inquirido

Sexo:

- Masculino
- Feminino

Idade:

- Menor de 18 anos
- Entre 18 e 34 anos
- Entre 35 e 60 anos
- Mais de 60 anos

Nível de escolaridade:

- Sem escolaridade
- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Ensino Superior

Situação profissional atual:

- Desempregado(a)
- Trabalhador(a) por conta de outrem
-

- Trabalhador(a) por conta própria
- Reformado(a)
- Estudante
- Outra situação. Qual? _____

Nacionalidade e local de proveniência

- Nacionalidade _____
- Local de proveniência _____

As Termas de São Pedro do Sul

É a primeira vez que visita as Termas de São Pedro do Sul?

- Sim
- Não

Como deteve conhecimento sobre as Termas de São Pedro do Sul?

- Internet
- TV
- Redes Sociais
- Flyers
- Revistas
- Jornais
- Outra via Qual? _____

Quanto tempo vai permanecer nas Termas de São Pedro do Sul?

- Umhas horas
- 1-2 dias
- 3-5 dias
- Uma semana
- Uma quinzena
- Mais de quinze dias

Qual o principal motivo da sua visita às Termas de São Pedro do Sul?

- Tratamentos de saúde
- Lazer
- Outro motivo Qual? _____

Conhece a história das Termas de São Pedro do Sul?

- Sim
- Uma grande parte
- Minimamente
- Não

Que património conhece localmente?

- Nascente Termal e Furo Artesiano
- Balneário Romano e o Hospital Real das Caldas de Lafões
- Capela de São Martinho
- Balneário Rainha Dona Amélia
- Núcleo Museológico Termal
- Balneário Dom Afonso Henriques
- Igreja da Nossa Senhora da Saúde
- Ponte Romana
- Jardim Municipal
- Edifício Inatel
- Fonte de São Martinho
- Outro Qual ? _____

Gostaria de conhecer melhor a história das Termas de São Pedro do Sul?

- Sim
- Não

Concorda com a organização de um percurso pedestre sinalizado nas Termas de São Pedro do Sul?

- Concordo totalmente
- Concordo
-

- Sem opinião
- Discordo
- Discordo totalmente

Seria utilizador desse percurso, caso o mesmo fosse definido?

- Sim
- Não